

**O Estado da Arte: Trajetória Artística Através de Documentos  
Coevos - O Caso de Caetano da Costa Coelho, Pintor da Venerável  
Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – Exposição e  
Detalhamento de uma Rede de Intelectuais e de Artistas no Rio de  
Janeiro Setecentista**

The State of the art: Artistic path through contemporary documents –  
the case of Caetano da Costa Coelho, Painter of the Venerable Third  
Order of São Francisco da Penitência – Exposition and Detailing of a  
Network of Intellectuals and Artists in 18th century Rio de Janeiro

Matheus Campelo<sup>1</sup>

**RESUMO**

Caetano da Costa Coelho foi um dos mais renomados artistas do Rio de Janeiro colonial. Muito conhecido por seus trabalhos de pintura e de douramento na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio, apesar do esplendor de suas obras, pouco se conhece sobre a sua biografia. A falta de um conhecimento sobre os principais aspectos da vida de Caetano impede que se possa saber, de maneira exata, quem ele foi, com quem ele se relacionava, no meio artístico de sua época, e como foi que ele conseguiu angariar contratos artísticos tão relevantes. Através de um estudo genealógico, combinado com pesquisa social, o presente estudo objetiva evidenciar uma parte das inserções público-familiares de Caetano da Costa Coelho no Rio de Janeiro de seu tempo, demonstrando, com enfoque na família de seu sogro, com quais pessoas ele se relacionava, no meio artístico carioca de então, e como se compunha a rede de relacionamentos que ele possuía, para o benefício de seus acessos no mercado colonial da arte. O presente estudo, portanto, visa contribuir com a biografia de Caetano, mediante a reconstrução de uma parcela do contexto social em que ele viveu, situando-o.

---

<sup>1</sup> Advogado e Mestrando em Teoria e Filosofia do Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

**Palavras-chave:** Caetano da Costa Coelho; Pintura; Rio de Janeiro;

### **ABSTRACT**

Caetano da Costa Coelho was one of the most renowned artists of colonial Rio de Janeiro. Well recognized for his painting and gilding works in the Church of the Order of São Francisco da Penitência in Rio, despite of the splendor of his works, very little is known about his biography. The lack of awareness about the main aspects of Caetano's life prevents any knowledge of whom he was, exactly, with whom he related, in the artistic milieu of his time, and how did he attract such relevant contracts. Through a genealogical study, combined with a social research, this study aims to highlight a part of Caetano da Costa Coelho's public and domestic context in the Rio de Janeiro of his time, by demonstrating, with a focus on his father-in-law's family, who were the people he had contact. This article, therefore, aims to contribute to Caetano's biography, by reconstructing a fraction of his social context, situating him, and by demonstrating how was the network of relationships composed, for the benefit of his access to the colonial art market.

**Keywords:** Caetano da Costa Coelho; Painting; Rio de Janeiro;

### **1 O ENQUADRAMENTO DE CAETANO DA COSTA COELHO NO BRASIL COLÔNIA: FRANCISCO CORREIA DE SOUZA, SEU SOGRO – UMA NECESSÁRIA IDENTIFICAÇÃO CORRETA**

Caetano da Costa Coelho foi um antigo pintor, e dourador estabelecido no Rio de Janeiro colonial. Natural do Porto, seu principal trabalho, e pelo qual ele é mais conhecido, hoje, foi o da pintura do forro, e o magnífico douramento artístico da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro. Artista de espantosa qualidade, muito embora seus ofícios sejam já bastante conhecidos, e estudados, o mesmo não se pode dizer sobre sua vida. Português imigrado para o Brasil, no começo do século XVIII, e aparentemente sozinho, Caetano passou quase que sua vida inteira na colônia, de onde não terá saído mais, após ter chegado. No

Brasil, Caetano se casou, faleceu, formou família, e constituiu uma conceituada carreira profissional, que ainda é envolvida por alguns mistérios.

Fazem falta aos pesquisadores modernos verdadeiros referenciais sobre quem Caetano da Costa Coelho terá sido, para que a sua arte possa ser compreendida. Suas obras são louvadas, mas ignora-se a forma como ele as conseguiu produzir, com tamanho sucesso, sendo um forasteiro, em uma terra estranha, e onde ele bem provável que não conhecia ninguém. Estudar a arte de Caetano, nessa situação, é inculir em uma cegueira investigativa, onde sempre faltarão peças para que o perfil do artista seja captado, enquanto ser humano, pois que desligado dos marcos sociais vitais, biográficos e profissionais que o compuseram como um indivíduo de seu tempo. Portanto, parte crucial para que se possa entender, com inteireza, quem foi Caetano da Costa Coelho, está nas posições sociais que ele ocupou, e nos meios em que ele se inseriu, quando vivo.

Tão importante quanto conhecer suas obras, assim, é conhecermos as intersecções sociais de Caetano, como indivíduo, para que melhor se possa compreenda tanto sua biografia, quanto a sua trajetória artística. Desse modo, é totalmente imperativo que os indivíduos da convivência de Caetano da Costa Coelho também sejam investigados, e biografados, uma vez que eles representam a conjuntura social em que o artista se acomodou, e a quem ele recorreu, uma vez chegado no Brasil. Essa é uma tarefa complicada, mas que no caso do Rio de Janeiro, onde já existem diversos estudos publicados sobre as origens de seus primeiros habitantes, este trabalho torna-se um pouco mais fácil, ainda que não menos capcioso.

A dificuldade neste tipo de exercício está, na maior parte dos casos, na correta identificação dos sujeitos pesquisados, até mesmo por causa da pobreza informacional da documentação civil do final do séc. XVII. Costumeiramente identificado, nos assentos de época, como apenas “Francisco Correia”, o sogro de Caetano da Costa da Coelho já havia se estabelecido no Brasil desde a década de 1650, pelo menos. No registro de casamento de Caetano, seus sogros foram

nomeados tão somente como “Francisco Correa”, casado com “Maria de Abreu”<sup>2</sup>. No batizado de Maria Viegas, esposa de Caetano, seu pai novamente identificado apenas pelo nome de “Francisco Correia”<sup>3</sup>. Entretanto, trata-se, sem sombra de dúvida, de Francisco Correia de Souza, colono português que casou com Maria de Abreu Rangel na cidade do Rio de Janeiro, entre 06/10/1679 e 27/11/1679<sup>4</sup>.

A certeza quanto a identificação dos sogros de Caetano da Costa Coelho, como na realidade sendo Francisco Correia de Souza, marido de Maria de Abreu Rangel, advém do fato auxiliar de que na virada do séc. XVII para o séc. XVIII, a cidade do Rio de Janeiro passou por uma verdadeira devassa, por ação do Tribunal da Santa Inquisição Portuguesa, o que fez com uma miríade de denúncias, de relatórios, e de informações cruzadas, estremecessem a então nascente comunidade carioca, em busca de cristãos-novos estabelecidos no ultramar. A ampla investigação do Santo Ofício, revestida por uma dose de histeria, de intriga, e além, é claro, da intensa consanguinidade que existia entre os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, produziu uma documentação que, ao final de tudo, acabou fornecendo um retrato elucidativo da população carioca de então.

Apolónia de Souza, também conhecida como Apolónia Henriques, mulher solteira, natural do Rio de Janeiro, foi uma dessas pessoas presas pela inquisição. Ela foi encarcerada no dia 11/10/1712, no Rio de Janeiro. A processada declarou, em sua sessão de genealogia, que seus avós “maternos se chamavam Gonçalo Correia de Souza e Francisca Henriques, naturais” do “Reyno”, isto é, de Portugal, e que a sua avó fora “moradora no Rio de Janeiro”. Ao declarar seus tios, Apolónia declarou que ela teve um tio chamado “**Francisco Correia**”, “já defunto”, “**pintor**”, casado a primeira vez ela não sabia com quem, de quem ele teve o Padre Frei Leandro,

---

<sup>2</sup> Casamento de Caetano da Costa Coelho e de Maria Viegas, Igreja do Santíssimo Sacramento (na época Sé), livro 3º, página 102 v., 26/08/1706.

<sup>3</sup> Batizado de Maria Viegas, Igreja da Candelária, livro 2º, página 106 v., 31/07/1692.

<sup>4</sup> Existe um grande rasgo na página em que este casamento foi registrado. Os assentos posteriores anteriores ao desse registro ostentam, com precisão, as datas de 06/10/1679 e 27/11/1679, respectivamente. Casamento de Francisco Correia de Souza e de Maria de Abreu Rangel, Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irará, livro 2º, página 6, entre 06/10/1679 e 27/11/1679.

religioso de São Bento, e segunda vez casado com Maria de Jesus, de quem Francisco teve ao Padre Frei Benedito, religioso da Ordem do Carmo, e a Bárbara Correa, casada com Manoel Barbosa, que servia “de escrivão do fisco no Rio de Janeiro”<sup>5</sup>.

No mais, Apolónia também declarou, ao Tribunal do Santo Ofício, que esse seu tio chamado Francisco Correia, filho de Gonçalo Correia de Souza e da Francisca Henriques, também havia se casado uma terceira vez, precisamente com uma “Maria de Abreu”, e de quem ele havia tido 3 filhos: “frey Ignacio, Relligioso da Ordem do Carmo”, “Joseph”, que Apolônia não sabia sobrenome, mas sabia que ele fosse “Pintor”, como o pai, e a “Francisco”, e que conforme Apolônia, “morava fora da Cidade [do Rio]”<sup>6</sup>. Apolônia também informou que ele teve outros dois tios, irmãos de Francisco Correia: “o Padre frey Bernardo, Relligioso de São Bento”, e “Antônia Correa”. Apolônia por fim declarou, que seu tio Bernardo tinha sido casado com Bárbara de Aguiar, e que ele antes de ter tomado ordens religiosas se chamara João Correia de Souza.

À margem de qualquer outra dúvida, de que o “Francisco Correia”, sogro de Caetano, e casado com “Maria de Abreu”, realmente também fosse o colonizador Francisco Correia de Souza, deve-se pontuar, que no registro de casamento desse antigo colonizador, realizado no ano de 1679, inobstante o noivo tenha sido outra vez identificado apenas como “Francisco Correia”, o celebrante dessas bodas bastante cuidadoso ao documentar, que noivo que casava ali, era justamente filho do casal “Gonçalo Correa” e “Francisca Henriques”, naturais de Portugal, e que coincidem com perfeição, no cruzamento dos dados que as investigações do Santo Ofício levantou<sup>7</sup>. Maria de Abreu Rangel, esposa de Francisco, foi registrada nesse

---

<sup>5</sup> Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Casamento de Francisco Correia de Souza e de Maria de Abreu Rangel, Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, livro 2º, página 6, entre 06/10/1679 e 27/11/1679.

documento como sendo filha de Pedro de Abreu Rangel e de Maria Viegas, da qual procede, portanto, o nome e o sobrenome da esposa de Caetano<sup>8</sup>.

Identificados com exatidão, os sogros de Caetano da Costa Coelho, coincidindo ser “Francisco Correia”, na realidade, Francisco Correia de Souza, nas investigações eclesiásticas do Rio de Janeiro, faz-se necessário, então, que o levantamento em busca das pessoas do convívio de Caetano, continue, mas agora em uma outra dimensão. A análise genealógica, quando bem aliada a uma pesquisa de micro história, permite que não só os personagens envolvidos na pesquisa sejam bem identificados, mas também que outros níveis de relacionamentos, mais amplos, sejam avaliados, na rota de se construir uma visão geral do objeto pesquisado, quadro a quadro, camada por camada. Esse método de pesquisa, então, pressupõe que diversas investigações à parte sejam realizadas, sobre cada um dos indivíduos envolvidos no estudo, de maneira que, no fim, quando bem esmiuçadas suas biografias, e vistas em grupo, uma perspectiva geral possa ser exposta, com conclusões.

Mal comparando o exercício que aqui se propõe fazer, perante os conhecimentos técnicos da História da Arte, os estudos de que faço menção, por sua vez, se assemelhariam ao descasque e à exploração das camadas de tintas de uma pintura, buscando evidenciar as várias intervenções de um retoque feito em uma obra, e que cada vez que são reveladas, apresentam parte da história real, e da própria rota de construção mais ampla do objeto analisado. A diferença que existe, porém, entre o exercício de se removerem camadas de tintas, e uma genealogia combinada com pesquisa social, é que a obra estudada, no segundo caso, é da própria relação social humana, viva, e a formação das organizações comunitárias. À calhar, sigamos na rota de descasque de Caetano da Costa Coelho, mediante uma análise de suas outras camadas: a dos níveis sociais que o circundaram, fora de suas pinturas, em razão de

---

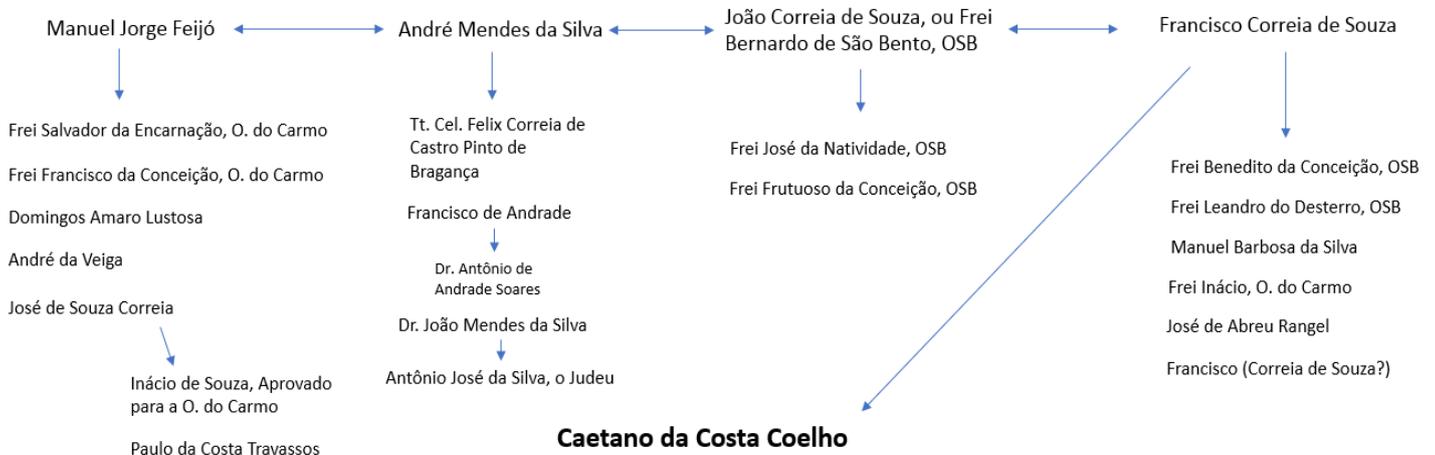
<sup>8</sup> Idem.

suas relações, e inserção na família Correia de Souza, família em que Caetano se integra, e onde ele inicia uma nova vida, depois que chegou de Portugal.

## 2 OS CORREIAS DE SOUZA

Este capítulo é dedicado a reconstituir as biografias dos mais importantes membros da família Correia de Souza, dando-se ênfase, neste trabalho, aos parentes do sogro de Caetano, Francisco Correia de Souza. As biografias de cada um desses parentes foram reestruturadas mediante a produção de verbetes, confeccionados através do cruzamento de bibliografia especializada, e da análise de documentos de época oriundos de múltiplos arquivos. Para que o espectro amplo, e a pulsante veia artística da família Correia de Souza possam ser revelados, ao redor de Caetano da Costa Coelho, seguem-se os verbetes:

### Gonçalo Correia de Souza e Francisca Henriques



Tábua de Relações da Família Correia de Souza

- **João Correia de Souza**, ou melhor, **Frei Bernardo de São Bento (Correia de Souza)**: dado apenas como “Frei Bernardo”, inicialmente, nas confissões de sua sobrinha Apolónia de Souza à Santa Inquisição Portuguesa, trata-se de ninguém menos do que o próprio Frei Bernardo de São Bento, grande construtor, arquiteto, Abade e benemérito do Mosteiro de São Bento da cidade do Rio de Janeiro. Nascido em 1624, em Vila Real, era filho legítimo de Gonçalo Correia de Souza, natural da freguesia de Mouços, também termo de Vila Real, e de D. Francisca Henriques, natural do lugar dos Cazados, termo da vila de Tomar. Conta seu biógrafo, D. Clemente da Silva-Nigra, que Frei Bernardo de São Bento, antes de tomar ordens, foi Alferes, e chamava-se João Correia de Souza, tendo sido militar profissional, de onde ele teria derivado as suas aptidões em arquitetura. João fazia parte da prestigiosa listagem dos lugares e ofícios que havia, no ano de 1664, na capitania do Rio de Janeiro. Seus sobrinhos, o Dr. João Mendes da Silva e Isabel Correia de Souza, relataram, ao descreverem seus familiares, que este tio, o Frei Bernardo de São Bento, havia sido escrivão das execuções antes de ter sido monge. Ocorre, de fato, que em uma consulta do Conselho Ultramarino, datada Novembro de 1667, sobre o requerimento de João da Fonseca Coutinho, proprietário dos ofícios de Escrivão das Execuções e Ouvidoria da mesma cidade, o conselho teve de decidir se Frei Bernardo, ainda naquela altura João Correia de Souza, poderia exercer o dito ofício no lugar de Coutinho, o proprietário. Esta consulta, que até então era ignorada, demarca com toda a certeza, por sua vez, que até o final do ano de 1667 João não só trabalhava nas funções do tabelionato público do Rio de Janeiro, como ele também, até o final daquele ano, ainda não tinha se tornado monge. Não é sem razão, portanto, que D. Clemente da Silva Nigra relata que João, depois de viúvo de sua esposa, Bárbara de Aguiar, e apenas no ano de 1667, sem mencionar o mês, porém, e por intermédio do Abade Provincial da Bahia, dirigindo-se ao Abade Provincial de Tibães, manifestou o seu desejo de se converter monge. Esta profissão de fé, vinda de um homem antes casado, com filhos, e que decerto gozava de meios, além de boa

posição social, causou profunda comoção na sociedade carioca de então, no que Silva-Nigra transcreve, de seu processo de admissão, as seguintes palavras: “tendo muitas ocasiões de se aproveitar de fortunas mundanas, e tendo com que passar a vida largamente: a sua resolução avia causado na Praça exemplo de grandíssima edificação entre todos”. Fato é que Frei Bernardo é considerado até hoje, como um dos grandes responsáveis pela ampliação, pela manutenção e pelo cuidado do Mosteiro de São Bento, sendo mesmo nos tempos presentes uma figura muitíssimo admirada entre os monges, e tido, no Rio de Janeiro em geral, como uma de suas principais figuras religiosas, dadas as obras e benfeitorias que ele realizou não só no mosteiro como também em toda a cidade. Silva Nigra, que estudou profundamente suas obras, indica que ele possuía livros de arquitetura, além de experiência em engenharia militar, e que ele também conhecia as doutrinas de Luiz Serão e de Sebastiano Sérlio, grandes expoentes da engenharia e da arquitetura da época. Ele também indica, que no ano de 1662, muito antes de tomar ordens, conforme ficha localizada por Noronha Santos, no Arquivo Nacional, João Correia de Souza teria exercido o cargo de repartidor e avaliador do juízo de órfãos da capitania do Rio de Janeiro, algo que não é improvável, ainda que nenhum documento coevo tenha sido encontrado corroborando-o nesta função, considerando a experiência profissional de João Correia de Souza, anos depois, e ainda antes de ser monge, como Escrivão do ofício de Execuções e Ouvidoria da cidade. Frei Bernardo chegou a ser Abade do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, onde ele faleceu, no ano de 1693. Silva-Nigra também menciona, no mais, que Frei Bernardo de São Bento, como amante das artes, terá sido um bom amigo e incentivador de Frei Ricardo do Pilar, seu colega no Mosteiro de São Bento e um dos mais reconhecidos pintores coloniais cariocas, cujas obras, não sem coincidência, terão florescidos justo no período em que Frei Bernardo foi Abade e exerceu a administração e do Mosteiro. Bernardo de São Bento, em razão de sua importância e de sua vasta respeitabilidade entre os cariocas, foi, em muitas ocasiões de sua vida, convocado para opinar, “como entendido e conselheiro”, sobre várias obras edificações na cidade toda, e não só nas diversas

propriedades da Ordem de São Bento, tais como em fazendas, granjas, na reforma da ladeira que chega ao mosteiro, mas também, em especial, **nas obras da igreja de São Francisco da Penitência**, onde mais tarde Caetano da Costa Coelho pintaria seu forro e douraria sua talha. Silva-Nigra, sem deixar passar, afirma logo no princípio da biografia que ele fez sobre o Frei Bernardo, que ele veio para o Rio de Janeiro acompanhado de seu irmão, **Francisco Correia**, sem poder precisar exatamente a data em que eles haviam migrado de Portugal. É bem provável que Francisco Correia de Souza e Frei Bernardo de São Bento fossem muito próximos, não por acaso tendo feito a trajetória de Portugal para o Brasil juntos, algo que foi cuidadosamente anotado, com razão, no Dietário do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, de onde Silva-Nigra retirou a maior parte das informações sobre o monge. Por conta da pobreza informacional dos assentos da época, e por não ter conhecido das informações mais aprofundadas que os processos da inquisição carioca reviraram, com riqueza de detalhes, Carlos Rheingantz, um dos maiores genealogistas brasileiros, infelizmente não conseguiu captar alguns dos mais preciosos detalhes da vida familiar que Frei Bernardo de São Bento cultivou, enquanto ainda era leigo e atendia pelo nome de João Correia de Souza. Rheingantz, por exemplo, não conseguiu captar que a menina “Teresa”, que foi batizada em 10/05/1655, era, na verdade, uma filha até então desconhecida de João Correia de Souza e de sua mulher, Bárbara de Aguiar. Por essa razão, Rheingantz efetivamente anotou a existência do casal João e Bárbara, acrescentando-no em sua obra mediante a criação de um verbete próprio, mas sem fazer qualquer menção de que o João ali registrado fosse ninguém menos do que o ilustre arquiteto, que em seu livro acabou sendo registrado apenas como “João Correia”, seguindo, naturalmente, a nomenclatura que lhe fora colocada no assento de batismo de sua filha. No tópico em que João Correia de Souza é designado por Rheingantz, sem identificação, e que agora pode ser unido por estas notas aos do restante de sua família, também não consta a informação de que Frei Bernardo tivera qualquer outro filho, embora seja sabido que ele tenha tido outros. Na certa, seus batismos não foram encontrados, em

razão dos diversos lapsos existentes nos registros paroquiais mais antigos da cidade do Rio de Janeiro. Nas inquirições sobre seus parentescos, Josefa da Silva e Luis Mendes da Silva, sobrinhos de Frei Bernardo, declararam, muitos anos após a morte do tio, que ele tinha tido uma filha solteira, da qual eles não sabiam o nome, havida do tempo em que ele fora casado. Depois deles, somente Isabel Correia de Souza e Ana Henriques, irmãs dos anteriores – e igualmente sobrinhas de Frei Bernardo – lembrariam que o arquiteto havia tido uma única filha: em depoimentos sobre suas famílias, Ana e Isabel declararam, de maneira certa, que o tio-monge também havia sido pai da menina “Teresa, que morreu solteira e menor”. Considerando a data de sua ordenação, 1667, e que sua filha Teresa, tristemente falecida menor, tenha sido batizada no ano de 1655, é de se cogitar, no mínimo, se fora somente por motivo de viuvez que João Correia de Souza tenha decidido seguir para uma vida monástica. Os anos de 1655 e 1667 não são muito distantes, uns dos outros. Se falecida em 1667, Teresa teria morrido aos 12 anos. Considerando-se agora, o elemento da real existência dessa filha, falecida muito jovem, é muitíssimo mais cognoscível o sentimento de piedade que a população carioca sentiu, ao ver João Correia de Souza se transformando em monge: com sua decisão de entrar para a ordem de São Bento, João, apesar do prestígio e de todos os seus recursos que detinha, desapeadamente escolheu, com a decisão de se converter beneditino, em não deixar qualquer legado de sua sucessão. Isto é, João escolheu conscientemente restringir a sua descendência, pois além de sua filha Teresa, falecida muito jovem e solteira, Frei Bernardo só teve como outros filhos dois religiosos, também de São Bento, um dos quais já tinha sido inclusive ordenado antes do pai, em tenra idade. Seguindo as informações prestadas por Clemente da Silva-Nigra, Bárbara de Aguiar, esposa de João Correia de Souza, teria sido filha de Domingos Aguiar, plantador de cana no Rio de Janeiro e um dos colonos mais antigos na capitania, e de sua mulher, Luisa Furtado, ou Luisa Furtado da Gama. De todo modo, Frei Bernardo, figura de grande relevo na cidade, nas artes locais, na incipiente arquitetura carioca, nos ofícios da construção, e mesmo dentro do círculo religioso do Rio de Janeiro, era,

com efeito, comprovadamente **tio direto de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho, conforme nos remete o extenso cruzamento de documentação pública e civil, acerca do estabelecimento da família Correia de Souza no Rio de Janeiro colonial<sup>9</sup>.

- **Frei José da Natividade**, ou **Frei José da Natividade Correia**: nascido no Rio de Janeiro, **filho do antecessor**. Veio ao mundo em 1649<sup>10</sup>, e diferente do pai,

---

<sup>9</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Processo de Teresa Maria de Jesus, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07973, Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/04970, Processo de Antônia Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/08687, e Processo de Francisco Xavier Correia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09370, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Nigra, D. Clemente Maria da Silva. *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Editora Tipografia Beneditina Ltda., 1950; novamente Nigra, D. Clemente Maria da Silva. *Três Artistas Beneditinos: Frei Bernardo de São Bento, Frei Domingos da Conceição, Frei Ricardo do Pilar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950; Dines, Alberto. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, páginas 177, 407, Almeida, Eduardo de Castro e. In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1921, páginas 105 e 115, além de Apêndice I e Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, 1965, páginas 23 e 378. A informação de que Domingos era produtor de cana está na escritura de Terra, referências AN ION, 28, p. 12; AGCRJ, Códice 42-3-55, a qual está disponível integralmente no sítio eletrônico <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>, que é o repositório digital do Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara para os Séculos VII e XVIII, obra de iniciativa do magnífico geógrafo Mauricio de Almeida Abreu, acessado aos 09/11/2022. A informação prestada por Silva Nigra, de que a mãe de Bárbara de Aguiar era Luisa Furtado, permite que mais um verbete de Rheingantz seja juntado, onde consta que ela foi batizada na freguesia da Sé do Rio de Janeiro, aos 31/05/1625, sem indicação de qual teria sido o seu esposo.

<sup>10</sup> Sacramento Blake informa que teria nascido em 19/03/1649, mas Paulo Berger o corrigiu, mediante acréscimo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, indicando o ano como 1646. Silva Nigra, entretanto, que inclusive teve acesso aos documentos de Frei José no Mosteiro de São Bento, também disse que o religioso nasceu no dia 16 de Março de 1649, acrescentando, ainda, que ele tinha 16 anos quando suas inquirições para o ingresso na vida monástica começaram, datadas do do mês de Outubro de 1666. Pela quantidade de autores referenciando 1649, assim como a credulidade de suas fontes pesquisadas, entendo que este muito provavelmente foi o ano correto. Berger, Paulo. “Acréscimos e Retificações ao Dicionário

tomou ordens religiosas assim que pôde. Foi um grande intelectual. Tornou-se monge beneditino aos 16 anos de idade, dedicando-se aplicadamente aos estudos. Coursou ensinamentos literários e teológicos no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, de onde saiu para Portugal, direto para o Universidade de Coimbra. Lá, doutorou-se em Filosofia e Teologia, tendo sido um pregador de grande distinção. Era possuidor de tamanho engenho, memória e recursos argumentativos, que seus cronistas assim o descreveram: “adquiriu tal fama como orador e argumentador da teologia que o cognominaram o Subtil, em razão de sua arguciosa dialectica”, “adquirio profunda instrução tanto em theologia e filosofia como em literatura: era eloquentissimo no pulpito e argumentador de tantos recursos, de tanta finura e habilidade que por alcunha era chamado – o Subtil”, “grande e celebre orador sagrado” “era muito consultado em assumptos ecclesiasticos, e suas respostas merecião a mais elevada consideração”, “memória prodigiosa, mais de uma vez escrevia um sermão que ouvira e enviava-o ao autor”, “exímio doutor e mestre de filosofia e teologia da Ordem Beneditina”, “um dos mais beneméritos abades-provinciais”. Intelectual de alto nível, foi Abade na Bahia, após ter retornado de Portugal. Depois, foi presidente e, por fim, eleito provincial dos beneditinos, cargo em que faleceu, após a eleição. Morreu no Mosteiro de São Bento, na Bahia, aos 09/04/1714. Silva-Nigra menciona que Frei José da Natividade, assim como seu pai, havia sido um grande amigo de Frei Ricardo do Pilar, com quem teria convivido desde os tempos de seu ingresso na vida monástica. Por conta dessa amizade, terá sido por suas mãos que a magnífica reprodução do painel Senhor dos Martírios, que se encontra na Bahia, terá chegado ao acervo do Mosteiro de São Bento de Salvador, hoje exposta no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. Suas exéquias solenes foram feitas pelo Padre Mestre Frei Matheus da Encarnação Pina.

---

Bibliographico Brasileiro”, de Sacramento Blake. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, Ano 158, nº 395, 1997, página 588; Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 5º, 1899, página 104; e Nigra, D. Clemente Maria da Silva. *Três Artistas Beneditinos: Frei Bernardo de São Bento, Frei Domingos da Conceição, Frei Ricardo do Pilar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950.

Foi autor de diversas obras, tais como o Sermão do Gloriosíssimo Patriarcha, Doutor Santo Agostinho, escrito “na cidade da Bahia”, e na igreja de Nossa Senhora da Palma, Lisboa, 1685, Sermão do Patriarca São Francisco, Lisboa, 1705, Oração Fúnebre na Transladação dos Ossos do Illm. e Exm. Senhor D. José de Barros e Alarcão, 1º Bispo do Rio de Janeiro, na igreja de São Bento do Rio de Janeiro, aos 31/08/1702, Lisboa, 1703. Deixou também alguns trabalhos inéditos, como *Tratatus de Paeceptis Decalogi*, *Consultas Canônicas, Regulares e Moraes*, *Sermões Vários*, obra escrita em dois volumes, *A Arte da Memória*, obra ilustrada, *Conclusões Amorasas*, e *Constancia com Triumpho*, uma comédia<sup>11</sup>. Era **sobrinho de Francisco Correia de Souza**, sendo, nesta qualidade, **primo direto de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho.

---

<sup>11</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Processo de Teresa Maria de Jesus, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07973, Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/04970, Processo de Antônia Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/08687, e Processo de Francisco Xavier Correia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09370, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Perie, Eduardo. *Bibliotheca Luzo-Brazileira: A Litteratura Brazileira nos Tempos Coloniaes (Do Seculo XVI ao Começo do XIX)*. Buenos Aires: Eduardo Perié Editor, 1885, páginas 140-141; Mello, José Alexandre Teixeira de. *Ephemerides Nacionais*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia da Gazeta de Notícias, primeiro tomo, 1881, página 215; página 690; Macedo, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, vol. I, 1876, páginas 341-342; Azevedo, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: Sua História, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades*. Rio de Janeiro: Editora B. L. Garnier, vol. I, 1877, página 77; Barbuda, Pedro Julio. *Lingua Portuguesa: Literatura Brasileira*. Salvador: Editora Estabelecimento dos Dois Mundos, 1916, página 122; Tavares, Célia Cristina da Silva; e Ribas, Rogério de Oliveira. *Hierarquias, Raça e Mobilidade Social – Portugal, Brasil e o Império Colonial Português (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa/Companhia das Índias, 2010, páginas 60-62; Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 5º, 1899, página 104; Nigra, D. Clemente Maria da Silva. *Três Artistas Beditinos: Frei Bernardo de São Bento, Frei Domingos da Conceição, Frei Ricardo do Pilar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950; e além disso, Dines, Alberto. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, páginas 407, 558, 559, 602, 707, 798 além de Apêndice I. Não foi referenciado na obra de Carlos Rheingantz.



Frei José da Natividade, Óleo Sobre Tela de Antônio José Martins, Ano de 1775, Bahia<sup>12</sup>

- **Frei Frutuoso da Conceição** ou **Frei Frutuoso da Conceição Correia**: nascido no Rio de Janeiro, **irmão do antecessor, e filho do primeiro**. Assim como seu irmão, o Frei José da Natividade, era tratado por “Padre Mestre Frei”, sendo muito letrado. Tinha ligações com o Sargento Mor de Sorocaba, João Martins Claro, e com o explorador Sebastião Subtil. Frei Frutuoso foi vigário em Sorocaba, pelo menos a partir do ano de 1692, localidade em que ele se tornaria presidente dos beneditinos locais, sendo também Prior dos mosteiros de São Bento de Santos e de Sorocaba. Foi um dos primeiros especialistas em exames e ensaios do ouro que os paulistas, por volta de 1697, tinham descoberto em Ibituruna. Descrito como mineralogista, ou conhecedor em geologia/pesquisador de minérios, fez parte dos descobrimentos do ouro nas serras de “Araquara”, ou “Araraquara”, partindo ora de Porto Feliz, segundo uns, ora de Araritaguaba, segundo outros, em expedição a mando do governador de São Paulo, na altura do ano de 1723. Deixou memória não só de explorador, de cronista do ouro, ou como de “técnico” “descobridor” dele: Frei

---

<sup>12</sup> Nigra, D. Clemente Maria da Silva Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Salvador: Editora Tipografia Beneditina Ltda., Parte III - Ilustrações, figura 48, 1950. Quadro póstumo, não se sabe se foi feito a partir de alguma imagem real de Frei José, existente na época. Hoje é parte do acervo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Frutuoso também é lembrado por ter sido o construtor e o grande finalizador do mosteiro dos beneditinos em Sorocaba<sup>13</sup>. Era **sobrinho de Francisco Correia de Souza**, sendo, nesta qualidade, **primo direto de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho.

- **José de Souza Correia (ou Correia de Souza)**: nasceu no Rio de Janeiro, onde foi batizado aos 06/01/1654, filho de **Antônia Correia de Souza** e de **Manuel Jorge Feijó**, também algumas vezes referenciado como Manuel Jorge Feio, ou ainda

---

<sup>13</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Processo de Teresa Maria de Jesus, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07973, Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/04970, Processo de Antônia Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/08687, e Processo de Francisco Xavier Correia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09370, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Camargo, Mon. Paulo Florêncio da Silveira. *A Igreja na História de São Paulo (1676-1745)*. São Paulo: Editora Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., vol. 3, 1953, página 73; Almeida, Aluisio de (Mon. Luiz Castanho de Almeida). “Acheças à História do Sul Paulista”. In *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Editora Gráfica da Prefeitura, nº LXIX, 1940, página 156; Nigra, D. Clemente Maria da Silva *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Editora Tipografia Beneditina Ltda., 1950; Balestrini Filho, Jorge. “O Caminho de Luís Pedrozo de Barros”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de São Paulo?, vol. LXVI, 1969, página 93; Mon. Luiz Castanho de Almeida. “Acheças à História de Sorocaba”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de São Paulo?, vol. XXXV, 1938, página 168; Almeida, Aluisio de (Mon. Luiz Castanho de Almeida). “Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822) – Excertos de Um Obra Completa”. In Moura, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX: Memórias, Depoimentos, Evocações*. São Paulo: Editora Ateliê Cultural/Imprensa Oficinal de São Paulo/Universidade do Estadual Paulista, 1999, página 65; Souza, João Batista de. *Evolução Histórica do Sul de Mato Grosso*. São Paulo: Editora Organização Simões?, 1961?, página 167; Neme, Mário Abdo. *Apossamento do Solo e Evolução da Propriedade Rural na Zona de Piracicaba*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Museu Paulista, Série de História, Vol. 1, 1974, página 32; Almeida, Aluisio de (Mon. Luiz Castanho de Almeida). “Memória Histórica Sobre Sorocaba (II)”. In *Revista de História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, vol. XXX, nº 61, 1965, páginas 75 a 92; novamente Nigra, D. Clemente Maria da Silva. *Três Artistas Beneditinos: Frei Bernardo de São Bento, Frei Domingos da Conceição, Frei Ricardo do Pilar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950; Não foi referenciado na obra de Carlos Rheingantz.

mesmo como Manuel Jorge Feyo. Sua mãe, natural de “Vila Real”, era irmã inteira de João Correia de Souza, o Frei Bernardo de São Bento, e de **Francisco Correia de Souza**, sogro de Caetano da Costa Coelho. Seu pai, Manuel Jorge Feijó, conforme se registra pela a memória de seus sobrinhos e netos, tinha por ocupação o ofício de cirurgião. Mas nas inquirições acerca da pureza de sangue de Antônia Correia de Souza e de seu irmão, Francisco Xavier Correia, primos de José de Souza Correia e netos de Manuel Jorge, realizadas pela Santa Inquisição Portuguesa, a grande maioria das testemunhas afirmara que Manuel era “tido e havido”, ou ainda que ele era parte de “cabra da Índia”, e que ele não era cirurgião, mas sim barbeiro. Alguns dos depoentes inclusive disseram que ele sequer era natural de Portugal, mas do Oriente, da Índia. Já outros, em menor quantidade, e complementando sua história, declararam que Manuel era filho de um boticário, suscitado por cristão-novo, no conhecimento de alguns, e que o tal boticário o tivera de uma mulher natural da Índia, a qual ele mantinha em sua casa, sem que se precisasse onde quer que ficasse essa residência. De maneira mais restrita, uma minoria das testemunhas asseverou que ele de fato foi barbeiro, mas que ele também “usava de cirurgia”, uma afirmação que, para os padrões da época, na realidade vinha revestida de bastante verossimilhança, se considerado que era comum que os barbeiros daquele período praticassem pequenas operações cirúrgicas, inclusive dentárias. Conquanto esses relatos, é mais crível que Manuel Jorge Feijó, pai de José de Souza Correia, na verdade fosse natural de Lisboa: Teresa Maria de Jesus, sua neta, ao confessar-se para o Santo Ofício, declarou com veemência que seus avós maternos eram naturais da cidade de Lisboa, mas que ambos tinham falecido no Rio. Nas inquirições de gênero de Francisco Xavier Correia e de Antônia Correia de Souza, irmãos de Teresa, uma das testemunhas também declarou, de maneira completa, que Manuel era natural de Lisboa. Luis Mendes da Silva, quando preso em Lisboa, declarou que este seu tio era “natural desta cidade”. Conforme fosse, quase todos os seus familiares, ainda que de maneira genérica, declararam ao Santo Ofício lusitano que Manuel era “natural do reino”. José de Souza Correia, seu filho, e personalidade

principal deste verbete, foi artista, assim como muitos de sua família. Nas inquirições do Santo Ofício, seus parentes próximos, em especial os sobrinhos, declararam que José foi pintor, como seu tio, **Francisco Correia de Souza**, alguns de seus primos, e como o próprio Caetano da Costa Coelho, artista da Penitência do Rio de Janeiro. Entretanto, José não só viveu da pintura: foi também militar e proprietário urbano. Conhecido no Rio de Janeiro pela alcunha de “Barú”, José foi descrito como tendo vivido de “suas agências”, e como tendo sido uma importante figura local. Muito conhecido na cidade, José gozava de prestígio. José ocupou por quase toda a sua vida, o distinto cargo de Alferes, título com o qual foi muitas vezes referenciado em testemunhos e documentos tanto da época em que ele viveu, como de tempos posteriores a ele. Oficial militar, residiu na freguesia da Candelária, na rua que então era conhecida como da “Quitanda do Marisco”, a atual rua da “Alfândega” do Rio de Janeiro, conforme provam os vários depoimentos das testemunhas nas inquirições de limpeza de sangue que o Santo Ofício tirou, de uma neta do Barú, chamada Ana Josefa de Castro, ou também de Castro Correia de Sá, por ocasião da habilitação de seu marido, o riquíssimo comerciante lisboeta Capitão Pedro Gomes Moreira, radicado no Rio de Janeiro, na candidatura ao familiarato do Santo Ofício, isto é, para que ele também pudesse servir a inquisição. Barú decerto que viveu como um homem relativamente abonado. Aliás, e a propósito de sua qualidade de vida, é fato que ele não teria residido na rua da “Quitanda do Marisco” sem qualquer razão: parte dessa rua, senão quase toda ela toda, em seu traçado anterior, e tradicional, antigamente era chamada de “rua do Capitão Alexandre de Castro”, em função de ali ter sido morador e grande proprietário um oficial militar com este mesmo nome. Na altura do cruzamento da atual rua da Quitanda com a rua da Alfândega, existiu o chamado “canto” de Alexandre de Castro, onde este antigo colono português foi proprietário de todas as propriedades, senão da maioria delas, motivo pelo qual, este ponto, em específico, assim foi denominado como de “canto” seu. Alexandre de Castro, personalidade de vulto na cidade do Rio de Janeiro, e que decerto merecia uma biografia à parte, foi um dos mais antigos oficiais militares do

Rio de Janeiro, homem forte da praça carioca, companheiro de combate do Governador Salvador Correia de Sá, e que acabou casando com uma parenta dele. Foi na rua de seu nome que o primitivo oratório da Mãe dos Homens surgiu, oratório este que mais tarde se converteria em igreja. Seu filho, o Alferes Luis de Castro, foi nada menos do que sogro de José Correia de Souza, o Barú. Juntos, José, Alexandre, que muito longevo, só veio a falecer no ano de 1700, e o sogro de José, o também Alferes Luis de Castro, muito que devem ter feito por expandir o patrimônio da família, obtido como recompensa pelas lutas de conquista do Rio de Janeiro. Afinal, José, no resultado de tudo, foi um dos principais herdeiros tanto de seu sogro, o Alferes Luis de Castro, assim como do Capitão Alexandre, pai dele. Isso não o impediu de, por conta própria, ter adquirido alguns bens, contribuindo para enriquecimento do patrimônio da família junto ao seu reduto. Assim foi que, no ano de 1691, apenas, José comprou de Felipa de Oliveira e sua irmã, Jacinta, na “rua do Capitão Alexandre de Castro”, um chão de três braças de testada e 11 braças e 2 palmos de fundo, contestantes com uma “uma banda de casas onde viv[ia]o comprador”, isto é, o próprio Barú. No mesmo ano, José também comprou de Domingos de Castro Peixoto, mais 3 braças. Porém, não só pela família de sua esposa, entretanto, o Barú teria algum patrimônio: é quase certo que seu pai também tivesse tido um “canto”, só dele, na cidade do Rio, conforme indicam as várias escrituras de compra e venda feitas sob o nome de Manuel Jorge Feijó, ou simplesmente Manuel Jorge, como ele era mais conhecido, e comumente referenciado, mesmo no seio família. Notícias deste canto, nos trabalhos de Adolfo Morales de los Rios, são incertas quanto à sua localização exata, mas é bem possível que ele já existisse desde o ano de 1650, data em que, mediante uma escritura de venda entre Manuel Rebelo ao Capitão Gaspar Lopes de Figueiredo, dá-se notícia de que a propriedade transacionada era vizinha de “de uma banda com casas de Manoel Jorge”. Em 1652, essas mesmas casas de Manuel foram localizadas tão somente como “na carioca”, por via de uma outra escritura em que elas também figuravam como confrontantes. No mesmo ano, uma outra escritura faz referência a

terras do Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, onde foram registrados partidos de cana de Manuel Jorge, indicando que o velho cirurgião, e barbeiro, também tivesse sido plantador, negócio muito lucrativo. Em 1679, um aparente outro partido de canas de Manuel é referenciado, desta vez na ilha do Capitão Manoel Fernandes Franco, figurando Manoel Jorge como fiador na escritura de obrigação de Paula de Oliveira sobre a legítima de seu filho. Em 1696, em uma escritura de hipoteca de bens entre José da Silva Porto e João Duarte Branco, faz-se referência de que, na rua da Candelária, as casas hipotecadas confrontavam com “casas de Antônia Correia, viúva de “Manoel Jorge”. Em 1699, outra escritura faz menção às casas dos “herdeiros de Manoel Jorge Feijó”, denominando-nas como sitas na rua dos Escrivães. Essa denominação, por si só, ajuda a compreender em que ponto do Rio de Janeiro as propriedades de Manuel e de seus demais parentes efetivamente ficavam: rua dos Escrivães foi o nome pelo qual a antiga rua ou de travessa da Candelária passou a ser conhecido. Mais tarde, a rua do Escrivães receberia o nome de rua do Sabão, um dos logradouros mais típicos da corte imperial, e que, por último, seria renomeada como rua “General Câmara”, até a data em que ela deixou de existir, pois desapareceu para dar espaço à construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940. No ano de 1701, uma escritura de venda de benfeitorias informa que Antônia Correia, viúva de Manoel Jorge, vendeu uma chácara inteira que lhe pertencia em conjunto a seu genro Domingos Amaro, sita no outeiro da Prainha, de frente para o mar. Em 1702, e em 1703, “casas” dos herdeiros de Manuel Jorge e de sua viúva foram outra vez citadas em escritura de terceiros. Segundo os documentos, essas casas eram sitas na “rua da Candelária”, isto é, não muito longe do canto de Alexandre de Castro, e não muito longe das casas e dos bens de Barú, portanto. Bem relacionado, José Correia de Souza, o Barú, não apenas foi herdeiro de algum patrimônio, além daquele que ele construiu. Ele também foi hábil o bastante para conseguir passar, para a geração futura, parte das riquezas que ele desfrutou em vida, garantindo a posição de seus sucessores: Salvador de Souza Correia, seu filho, foi casado com a filha de um outro Alferes, ao passo que seu outro

filho, mais velho que Salvador, e também chamado Alexandre de Castro, foi efetivamente Alferes, tendo sido muito conhecido na cidade como um todo, e em especial no desempenho desse cargo, prosseguindo, assim, com os legados militares de seu pai, de seu avô e de seu bisavô, de quem ela era homônimo. Seguindo outra tradição da família, ao espelho de dois dos irmãos de Barú, Freis Salvador da Encarnação e Francisco da Conceição (os quais vão referenciados em verbetes a seguir), seu filho Inácio de Souza, conforme as declarações de alguns sobrinhos processados pelo Santo Ofício, foi estudante, tendo depois sido aceito como religioso do Carmo no Rio de Janeiro. Preservando a presença restante dos Correias de Souza, seu genro, Paulo da Costa Travassos, casado com sua filha Ana de Souza, manteve a veia artística da família: Paulo foi qualificado como “músico”, e “mestre de tanger viola”, nas declarações dos sobrinhos de Barú, processados pela inquisição. José de Souza Correia, o Barú, era **sobrinho de Francisco Correia de Souza**, sendo, nesta qualidade, **primo direto de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho. Ele teve dois irmãos frades, Freis Salvador da Encarnação e Francisco da Conceição, ambos religiosos da Ordem do Carmo, **primos de Maria Viegas**, e duas irmãs casadas, também **primas de Maria Viegas**: a primeira chamada **Florência Correia**, casada com o Alferes Domingos Amaro (Lustosa), rico comerciante e Senhor do Engenho Nossa Senhora da Conceição, em Itaboraí, natural de Santiago de Lustosa, termo do Porto, e a segunda chamada **Ana Correia de Souza**, casada com o rico mercador André da Veiga, português da cidade de Elvas, homem de negócios da praça do Rio de Janeiro. André da Veiga e sua esposa foram os pais, dentre outros, dos irmãos Teresa Maria de Jesus, Brizida Inácia, Isabel Correia de Souza, Antônia Correia de Souza e Francisco Xavier Correia, processados pela inquisição por conta da origem cristã-nova da família paterna<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Processo de Teresa Maria de Jesus, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07973, Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/04970, Processo de Antônia Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/08687, e Processo de Francisco Xavier Correia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09370, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Diligência de Habilitação de Pedro Gomes Moreira, Código de Referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/23277, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Em menor escala na

riqueza de informações, onde apenas um pouco da história de José de Souza Correia é mencionada, assim como nos processos anteriores, que na verdade quase que apenas servem como um aporte para a história da família Veiga, ainda que José ali também seja citado, vejam-se, a mero título de complementação, os seguintes processos, todos da família Mendes da Silva, e nos quais os depoentes se lembram de seu primo José de Souza Correia, corroborando muitos outros documentos, e nos quais eles mormente também dizem que José era pintor, que ele era casado com Maria de Castro, cristã-velha, e que ele foi Alferes: Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Sobre a rua da Alfândega, a história é bastante confusa e controversa. Mello Moraes, em sua *Corografia Histórica*, não menciona que essa rua tenha sido denominada como “do Capitão Alexandre de Castro”, ainda que ele informe que ela se chamou de “da Quitanda do Marisco”, informando que seu traçado, nos primeiros tempos de fundação da cidade, compreendia a parte que se localizava entre a antiga rua Direta, atual 1º de Março, e a antiga rua da Valla, atual rua Uruguaiana. Existia um caminho que dela seguia, conhecido popularmente como “caminho de Capueruçu”, e que chegava até ao “Campo da Acclamação”, hoje conhecido como Campo de Santana. Com as diversas modificações na cidade, o caminho de Capueruçu e a rua da Alfândega tornaram-se uma só, sendo assim denominada de maneira completa. A verdade é que vários de seus trechos tiveram nomes à parte, justo como os documentos de época mostram, sobretudo os do século XVII. Adolfo de los Rios, escrevendo em 1946, tentou desfazer essa confusão, explicando que a rua, em geral, era a mesma, mas que ela teve sucessivamente os nomes de Diogo de Brito, depois do Governador, e que em determinado momento, ela foi chamada, por alguns, como rua do “Palácio” ou “do Capitão Alexandre de Castro”. O inesquecível Vieira Fazenda, ao tratar dos pormenores da igreja Mãe dos Homens, é preciso em afirmar que ela está instalada na atual rua da Alfândega, sinalizando, porém, que ela está “um pouco acima do canto, antes ” chamado de “da Quitanda do Marisco” e do “Capitão Alexandre de Castro”, sinalizando que essa rua pode ter sido nomeada em função do Capitão Alexandre, senão ela toda, pelo menos até o seu primeiro quarteirão, no trecho que justamente cruza com a rua, essa sim, até hoje dita como da “Quitanda”. Fazenda, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 142, nº 88, 1940, página 85, vol. 147, nº 93, 1923, página 246 e vol. 149, nº 95, 1943, página 497; Pimentel, Adolfo Morales de los Rios y Garcia de. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Cidade, 2000, página 239; Moraes, Alexandre José de Mello. *Corographia Histórica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Tipographia Brasileira, tomo I, segunda parte, 1863, página 265; Pimentel, Adolfo Morales de los Rios y Garcia de. “Subsídios para a História da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. In *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional?, ed. especial, vol. 1, 1914, Página 1224; Cavalcanti, João Curvello. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia da Gazeta de Notícias, 1878, página 140; As Ruas do Rio, 31 de Outubro de 1917 a 30 de Setembro de 1977. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – Departamento Geral de Edificações, 1979, página 77. Escrituras de Chão referências AN 1ON, 58, p. 28 v.; AGCRJ, Códice 42-4-88, p. 859, AN 1ON, 58, p. 7 v.; AGCRJ, Códice 42-4-88, p. 852, AN 1ON, 58, p. 11.; AGCRJ, Códice 42-4-88, p. 852, AN 1ON, 60, p. 140, e escritura de Terra, referência AN, 1ON, 58, p. 28 v.; AGCRJ, Códice 42-4-88, p. 859, disponíveis no site <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>, acessado em 09/11/2022; Escrituras, também de

- **André Mendes da Silva:** português natural da vila do Crato, Portalegre, Alentejo. Casou-se com **Maria Henriques**, filha de Gonçalo Correia de Souza e de sua esposa, Francisca Henriques, irmã, portanto, de **Francisco Correia de Souza** e tio de **Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho. Alberto Dines refere ele que teria vindo casado de Portugal, com Maria Henriques. Nas inquirições que seu filho João Mendes da Silva tinha pedido que se tirassem pela averiguação pureza de seu sangue, na vila do Crato, terra paterna, algumas das testemunhas que conheceram André mencionaram, com detalhes, que ele tinha vivido junto da “Misericórdia”, de onde saiu embarcado para o Rio de Janeiro, na idade de 18 para 20 anos. Nenhuma das testemunhas, porém, o referenciou por casado, mas elas fizeram questão de declarar, no entanto, que André tinha tido uma “logea” nas casas onde ele vivera quando residente no Crato, nas quais ele “vendia adubos e outras miudezas”. Discordando de Dines, assim, e ainda que Rheingantz não tenha conseguido localizar o registro de seu matrimônio no Rio, é mais provável que André tenha se casado somente no Brasil, e bem provável que na própria cidade do

---

Chão, referências AN, 1ON, 37, p. 86 v.; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 167, AGCRJ, Códice 42-4-91, p. 1082, AN, 1ON, 63, p. 191 v., AN, 1ON, 66, p. 55, e AN, 1ON, 68, p. 76; escrituras de Terra, referências AN 1ON, 39, p. 21, Vieira Fazenda, II, pp. 195-196, e AN, 1ON, 54, p. 94, e escrituras de Chácara, referências AN, 1ON, 64, p.? e AN, 1ON, 54, p. 94, disponíveis integralmente no site <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>, acessado também aos 09/11/2022. Sobre os bens de Domingos Amaro, que inclusive foi fiador em negócios imobiliários na cidade, vejam-se as escrituras de Chão referências AN, 1ON, 69, p. 76, AN, 2ON, 21, p.?, e AN, 1ON, 82, p. 288, novamente a escritura de Chácara AN, 1ON, 64, p.? e também a escritura de Terra AN, 2ON, 16, p. 37, escritura essa que, segundo identificação de Maurício Abreu, dá conta de que Domingos foi comprador do Engenho Nossa Senhora da Conceição, com 197 cabeças de gado, 59 escravos e mais benfeitorias, em Itaboraá, e escritura de Terra AN, 1ON, 81, p. 71 v., disponíveis integralmente no site <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>, acessado também aos 09/11/2022. Além disso, Dines, Alberto. Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, em especial Apêndice I; Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, 1965, páginas 80, 328 e 406, e vol. II, páginas 377 a 379. Sobre Paulo da Costa Travassos e sua possível identificação em Rheingantz, entendo que ele fosse o Paulo da Costa, batizado em 1683, filho de Pedro da Costa Travassos, conforme Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. II, página 460. Sobre André da Veiga, veja-se, por fim, Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica La Salle, vol. III, fas. 4º, 1995, páginas 204 a 205.

Rio de Janeiro, onde a família Correia de Souza já tinha se fixado, ou então em seus arrabaldes. Na capitania, André foi conhecido por “homem de negócio”, e “mercador”. Figura de destaque no comércio, e personalidade de grande projeção em matéria de finanças, na praça do Rio de Janeiro, André ocupou cargos altamente honrosos no curso de sua carreira. Dines relata que André Mendes da Silva teria recebido uma comissão honorífica assim que ele chegou ao Rio de Janeiro. Entretanto, Alberto Dines se confundiu, na hora de relacionar cronologicamente o percurso profissional de André Mendes da Silva, invertendo a ordem e as datas de suas nomeações para os cargos que ele ocupou. Na quebradiça narrativa de Dines, ele não faz qualquer referência, como marco inicial, de que desde o ano de 1657, pelo menos, André já estivesse estabelecido no Rio de Janeiro, onde o batizado de seu segundo filho, a menina Ana, comprovava a sua sólida residência na freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Nos papéis públicos, André foi citado pela primeira vez, no ano de 1662, na qualidade de testemunha arrolada em favor do povo carioca, contra o governador da capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, no episódio que culminou com a expulsão de Salvador de sua capitania, por conta de uma sublevação popular, e do envio de uma queixosa representação da câmara fluminense ao Rei. Em seguida, sabemos novamente de André, pelo traslado do alvará público que seu cunhado, André Barros de Miranda, morador em São Paulo, mandou que se escrevesse em razão da compra que Miranda fez, da propriedade dos cargos de escrivão da câmara e de almotacé da vila de São Paulo. Como Miranda necessitava de uma licença de Salvador Correia de Sá, agora novamente governador, para se investir nos cargos obtidos, André Mendes da Silva representou este seu parente, como seu procurador no Rio, para pedir pelo cunhado. Ironicamente, e apenas menos de um ano após o envolvimento de André Mendes da Silva nas questões do Rio contra Salvador Correia de Sá, André teve de se colocar frente a frente com o próprio ex-adverso. Mas esse encontro resultou em grande sucesso, pois no dia 06/08/1661, a licença desejada foi concedida. Esta desenvoltura que André possuía, em lidar com as coisas públicas, aliada ao cabedal que ele decerto

acumulara ao longo sua carreira como comerciante, já prenunciava a capacidade que, pouco a pouco, ele assumiria entre os cariocas. Nitidamente possuidor de uma grande habilidade em se reinventar, e de funcionar com ambivalência, André seria nomeado, logo no mês de em Fevereiro de 1665, para o prestigioso encargo de Tesoureiro do Donativo, função criada para contabilizar a contribuição estipulada pela coroa portuguesa com o objetivo de alcançar um acordo de paz com a Holanda, e também regulamentada para repor as enormes quantias despendidas pelo reino de Portugal, com o pagamento do dote e do matrimônio de D. Catarina, filha do rei D. João IV, com o rei Carlos II, rei da Inglaterra. Em seguida, em 1667, toma-se nota de que André havia sido nomeado, por mercê de D. Pedro II, Almoxarife e Tesoureiro da Fábrica de Fragatas do Rio de Janeiro, tendo servido nesse posto de 16/07/1667 até 20/05/1671. Nesse período, André lidou com o mais profundo da economia local e do funcionamento do erário português. Nesta função, conforme indica o termo de quitação que ele recebeu, através da Chancelaria Real, consta que André tenha arrecadado 29:308.696 (vinte e nove contos, trezentos e oito mil e seiscentos e noventa e seis réis), isso apenas em dinheiro. Em gêneros, administrou o recebimento de açúcar branco, arrobas de mascavo, arcos de ferro, e diversos outros produtos que representavam a pujante presença comercial do Rio como um entreposto nas rotas comerciais para a Índia. Através de uma carta do Marquês das Minas ao Príncipe, datada de 21/07/1673, sabe-se que a saída de André das funções que ele ocupava na Fábrica de Fragatas do Rio só aconteceu, na verdade, por conta de seu fechamento, conforme ordem régia de Fevereiro de 1671. Desses trabalhos, André só receberia quitação plena em 1689, ficando certificado que ele havia desempenhado todas as suas funções com total lisura. No período de 1671 a 1676, André conseguiria alcançar aquele que seria o topo de sua carreira nas finanças: depois de acostumado com as funções públicas, com o funcionamento econômico da capitania, e com a movimentação financeira na colônia, André conseguiu conquistar o poderoso cargo de Recebedor dos Dízimos da Capitania do Rio de Janeiro. Não foi possível apurar a data exata em que ele teria começado a trabalhar

nesta ocupação, e pela qual ele seria mais conhecidamente lembrado, mesmo após a morte. Mas André, como era bastante comum em sua época, é certo que teria iniciado neste caro após ele o ter arrematado através de leilão público destinado a licitar o direito de servir nessas lucrativas funções, funções estas que, por sua vez, eram delimitadas por um contrato onde se determinavam não só os poderes do cargo, como também o período em que o arrematante desempenharia suas funções. A esses sujeitos, que conseguiam arrematar funções públicas, regidas por um contrato, e que serviam ao reino como representantes da coroa, dava-se o nome de “Contratador”, designação esta que, no fim, acabava se tornando um título e um verdadeiro distintivo social para os indivíduos que o tivessem, demonstrando o grau de importância da pessoa, assim como de sua proximidade e confiança junto da coroa. Apolónia de Souza, sua filha, não sem razão, assim que apresenta o pai aos inquisidores do Santo Ofício, logo declara que ele foi “Contratador”. Em 1676, o provedor da Fazenda Real do Rio, Tomé de Souza Correia, escreveu ao regente D. Pedro, dando notícia das contas de André, pelo tempo em que ele havia servido como recebedor dos dízimos, denotando que já em 1676, André não mais atuava nessa função. Em 1679, porém, André voltou a adquirir “um ramo da contratação dos dízimos”, conforme a escritura de venda, obrigação e fiança que foi firmada aos 18/11/1679. Tal contrato previa que André atuaria a partir de 01/03/1680, até 28/02/1683. Muito considerado pela sociedade carioca, sem ser juiz, nem bacharel em qualquer coisa, André foi escolhido como curador dos menores da viúva Domingas do Amaral, no pleito de demarcação das terras que envolveram as glebas dos engenhos Nazareth e São Bernardo, iniciadas em 23/07/1696. Vieira Fazenda, identificando-o com precisão, assim justifica sua nomeação: “pessoa inteligente, por não haver advogado pronto”. Homem riquíssimo, André Mendes da Silva, paralelamente ao tempo em que fazia fortuna para seu Rei, também não descuidava da fazenda própria. Deve ter sido um mercador de largo trato, ainda que ele na certa tenha se feito também muita abastado apenas pelas funções públicas que ele acumulou. O contrato de arrecadação de dízimos públicos, mesmo complexo e

arriscado, era, sem dúvida, algo bastante lucrativo. De seu patrimônio, podemos ter uma noção, por aos vislumbrarmos as escrituras públicas do Rio de Janeiro daquela época. Em 1663, André aparece pela primeira vez em uma transação imobiliária local. Nesse esse ano, a Santa Casa de Misericórdia, por meio de seu provedor, Martim Correia Vasqueanes, aforou uma casa térrea, de pedra e cal, sita na travessa do Azeite do Peixe, no canto da Candelária, a André Mendes da Silva. Em 1681, quando já em seu segundo contrato de dízimos, Mendes da Silva adquiriu o aforamento de uma morada de casas, em perpétuo fatuizim, da Santa Casa da Misericórdia, casa essa térrea, de pedra e cal, sita na rua que chamavam de João de Azevedo Roxas, e vizinha, justamente, das casas que ele já havia adquirido o foro, casas estas, por sua vez, também vizinhas à igreja de Nossa Senhora da Candelária. A família estava crescendo, seu último filho, André, teria nascido entre 1677 e 1679. Carlos Rheingantz conta que ele teve pelo menos 11. As estreitas relações de André com a Santa Casa de Misericórdia denunciam o alto grau de confiabilidade que ele possuía junto da instituição, que era uma das principais de seu tempo. Aliás, os aforamentos que ele obteve junto da Santa Casa demonstram que André, já nesta época, trafegava entre os principais da cidade do Rio. Vieira Fazenda, notando seu vulto, em especial pelo conceito que André exibia, ao realizar negócios com a Misericórdia do Rio de Janeiro, fez motivo de anotar que André “merecera tal conceito, que a Misericórdia o aceita como fiador de sujeitos a quem ela emprestava dinheiro”, posição reservada para poucos. Por via de uma escritura de 1683, sabe-se que André Mendes da Silva também complementava a sua atividade comercial realizando empréstimos. Neste mesmo ano, no mês de Abril, o Padre Doutor Inácio Fernando Neves fez uma hipoteca de um partido de cana que ele possuía no Engenho dos Padres Mouras, com 24 escravos de seu serviço, sub-rogando-se em obrigação e dívida a André Mendes da Silva. O fiador do Padre, Pedro de Castro, hipotecava, no mesmo ato, uma morada de casas de sobrado, de pedra e cal, sitas na rua que ia da Candelária para São Bento, denotando o tamanho da transação. No ano de 1687, André aparece outra vez nas transações imobiliárias do Rio de Janeiro, em nova

negociação vultuosa: desta vez como garantidor, André serve de fiador de seu genro, à época Capitão, o Tenente-Coronel Félix Correia de Castro Pinto de Bragança, na tomada de empréstimo de dinheiro a juros que Félix fez junto ao juízo de órfãos, pelo patrimônio dos órfãos de Gonçalo de Castro Peixoto. O devedor, Félix, hipotecava um partido que ele tinha em Muriquipari, com 20 escravos da Guiné, uma morada de casas de sobrado, de pedra e cal, e uma chácara na Gamboa. André, como fiador, hipotecava uma morada de casas de sobrado, onde Francisco de Andrade, seu genro, residia. Essas casas, decerto que fivavam na velha rua dos Escrivães, e portanto próximas das que Manuel Jorge Feijó possuía, pois em 1696, Francisco de Andrade, ao hipotecar uma chácara que ele possuía e algumas de suas casas, declarou, abertamente, que as casas hipotecadas coincidiam de situar na rua dos Escrivães, e que elas eram vizinhas às de seu sogro, André Mendes da Silva, fato que faz transparecer que a família inteira, em realidade, não só provável que residisse na mesma rua, como ela também devia de ser uma das maiores proprietárias dali, possuindo múltiplos e diversos imóveis, próximos uns dos outros. Em 1699, André Mendes da Silva foi postumamente citado na escritura de composição amigável em que João Tomas Guerzi, Francisco Carter, e outros, todos moradores em Lisboa, realizavam junto ao Capitão Baltazar de Azeredo Coutinho. A escritura relata que, nessa situação, André tinha funcionado como procurador de Guerzi e dos demais, na arrematação da metade de um engenho, e que Baltazar, na qualidade de devedor e arrematante do bem, houve por realizar uma escritura de débito e obrigação junto a André, na qualidade de representante dos vendedores, para realizar os pagamentos anuais pela aquisição do imóvel. Coutinho, ao falhar em algumas parcelas, foi citado por André, que logo em seguida penhorou a metade adquirida do engenho como garantia do negócio. Compostas as partes, a penhora de André fora dissolvida. Conquanto não se possa saber, com certeza, o que foi que André terá recebido por sua atuação na cobrança dos débitos ao Capitão Baltazar, pode-se entrever, de toda maneira, que André Mendes da Silva era reputado como uma pessoa de reconhecida desenvoltura em negócios delicados e de grande valor,

sendo conhecido como um importante referencial financeiro e jurídico, na praça do Rio de Janeiro, mesmo na distante metrópole. Em 1703, o conteúdo da escritura de aluguel de João da Silva Cruz a Manuel Gonçalves Maciel, indica que uma vez falecido André, seus herdeiros ficaram com um sobrado que ele possuía, na “travessa da Candelária”, com certeza um dos dois sobrados que sua filha, Josefa da Silva, alugou no ano de 1707, vizinho das casas de Francisco de Andrade e da igreja da Candelária, no “canto da rua da Candelária” e que estavam muito danificados na ocasião, comprometendo-se o inquilino a fazer reparos nelas mediante descontos no aluguel. Falecido em 1698, André deixou como filhos o Dr. Francisco Mendes da Silva, Padre, e Josefa da Silva e Souza, Apolônia de Souza, Bernardo Mendes da Silva, Capitão de Ordenanças, Isabel Correia da Silva, Ana Henriques, e o Dr. João Mendes da Silva, os quais foram processados e penitenciados pela atuação do Santo Ofício lusitano no Rio de Janeiro, e também André Mendes Correia, escrivão, e faleceu à época das invasões francesas, em tempo antes de seus irmãos serem presos. **Isabel Correia da Silva** foi casada com o **Tenente-Coronel Félix Correia de Castro Pinto de Bragança**, natural de Loulé, Faro, de princípio mercador, depois militar, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, proprietário lavrador e Senhor de Engenho. Félix foi uma pessoa poderosa e também muito conhecida na cidade do Rio de Janeiro, apesar de ter se metido em alguns sarilhos: cristão velho, esteve nos bancos da inquisição por ter cometido bigamia, entre seus dois primeiros matrimônios: um com uma moça que acabou se convertendo freira no convento de Odivelas, outro com Maria do Amaral. Isabel foi sua terceira e última esposa. **Ana Henriques** foi casada com **Francisco de Andrade**, natural de Lisboa, Tesoureiro Geral do Donativo da Câmara do Rio de Janeiro, homem abonado, mercador, lavrador e proprietário. Francisco e Ana Henriques tiveram, dentre outros, a Francisco de Andrade, Maria Bernarda de Andrade, Inácio de Andrade Soares e ao Dr. Antônio de Andrade Soares, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra no ano de 1699, habilitado para lugar de letras do reino, e Juiz de Fora da Vila de Arraiolos, Évora, Portugal, todos processados pelo Santo Ofício português,

inclusive o Dr. Antônio, que a Santa Inquisição conseguiu apanhar, e apreender, mesmo na distante Arraiolos, onde ela era o magistrado. Um escândalo. **João Mendes da Silva**, filho de André Mendes da Silva, foi um conhecido advogado e intelectual nascido no Rio de Janeiro. Foi Procurador da Coroa no Rio de Janeiro e Procurador dos Índios. Também foi advogado em Lisboa, junto da Casa de Suplicação, órgão máximo das instâncias jurídicas portuguesas. Formou-se bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, no ano de 1691. Casou-se com **Lourença Coutinho**, ou **Coutinha**. Proprietário e lavrador, o Dr. João foi também foi um literato: conforme ele mesmo declara aos inquisidores portugueses, assim como outras testemunhas, por ser devoto da Paixão de Cristo, escreveu um “romance” devotíssimo à Cruz, tendo também composto a vida de Cristo em um romance dividido em três atos, e textos sobre os mistérios do rosário, autorizados e com excertos das Sagradas Escrituras. Foi também tradutor, pois traduziu o hino de Santa Bárbara e o símbolo de Santo Atanásio, além do ofício da Santa Cruz direto da língua latina para verso em português. Barbosa Machado, em sua magnífica obra *Bibliotheca Lusitana*, compêndio de autores da língua portuguesa, descreve o Dr. João como “dos mais insignes Poetas do seu tempo, como testemunhaõ as suas metrificações suaves, cadentes, e conceituosas”. Ele também relata que João compôs a obra *Christiados – Vida de Christo Senhor Nosso*, poema lírico, *Officio da Cruz de Christo*, traduzido em verso português, como acima se declarou, *Hino de Santa Bárbara*, também traduzido do português, *Symbolo de Santo Athanasio*, e em complementação das obras que o próprio João confessou ser o autor, Barbosa Machado adiciona uma certa “Fábula de Erro, e Leandro”, composto em oitava rima. Rico, como fora seu pai, o Dr. João Mendes da Silva tratava-se com uma numerosa escravatura, com partidos de cana, várias propriedades edificadas, e também com uma lauta biblioteca, ainda mais para os padrões do século XVIII: 250 volumes, dos quais 150 eram de direito, e o resto de “histórias e curiosidades” conforme declaração própria, conferida sob bruto cárcere do Santo Ofício. O Dr. João Mendes da Silva foi pai, dentre outros filhos, do célebre poeta e dramaturgo carioca **Antônio**

**José da Silva**, mais conhecido por seu epíteto, como **Antônio José da Silva, o Judeu**, autor de grande reconhecimento em sua época, muitíssimo considerado nas artes, e um dos mais importantes literatos da língua portuguesa. Matriculado em Cânones, na Universidade de Coimbra, no ano de 1722, Antônio não chegou a se formar. Perseguido em Portugal, foi morto garroteado pela Santa Inquisição Portuguesa, antes de ser queimado no Auto-de-Fé, ocorrido no dia 19/10/1739, no Rossio de Lisboa. Escreveu diversas obras, entre as quais, a peça *Guerras do Alecrim e da Manjerona*<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup>Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, e Processo de Félix Correia de Castro, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/02758, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Sobre os Andrades, veja-se o Processo de Maria Bernarda de Andrade, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11797, o Processo de Francisco de Andrade, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/02038, o Processo de Inácio de Andrade Soares, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07889, e o Processo de Antônio de Andrade Soares, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05006, além do Processo de Leitura do Bacharel Antônio de Andrade, Código de Referência PT/TT/DP/A-A/5-3-1/1/26, todos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Além disso, os índices de alunos de Antônio de Andrade, Código de Referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/005999, de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/S/007032, e de Antônio José da Silva, Código de Referência PT/AUC/ELU/UC/AUC/B/001-001/S/005826, Arquivo Distrital de Coimbra. *Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo – 1661-1709*. São Paulo: Editora Tipografia Piratininga, vol. III, 1917, páginas 69 a 70; Consulta do Conselho Ultramarino, Relativa a Nomeação do Licenciado Miguel Achioli da Fonseca Para Proceder a Devassa Sobre a Sublevação Popular do Rio de Janeiro, Código de Referência PT/AHU/CU/017-001/0005/00875.00880 (caixa 5, docs. 875 a 880), e Consulta do Conselho Ultramarino Sobre a Confirmação das Nomeações de André Mendes da Silva e Gaspar Ribeiro Pereira para Exercerem os Cargos de Tesoureiro e Escrivão do Donativo, com que os Moradores da Capitania do Rio de Janeiro Contribuíram para o Dote da Rainha da Grã Bretanha e Paz com a Holanda, Código de Referência PT/AHU/CU/017-001/0006/01027, Arquivo Histórico Ultramarino. Também, veja-se Chancelaria de D. Pedro II, livro 58, página 81, Código de Referência PT/TT/CHR/S/001/0058, e Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Tomé de Souza Correia, ao Príncipe Regente [D. Pedro] Sobre as Contas de André Mendes da Silva Pelo Tempo em que Serviu Como Recebedor dos Dízimos Desta Capitania, Código de Referência PT/AHU/CU/017/0004/00406, igualmente Arquivo Histórico Ultramarino. No mais, Ministério da Educação. *Documentos Históricos – Senado da Câmara – Bahia (1696-1726) – Consultas do Conselho Ultramarino*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Tupy, vol. LXXXVII, 1950, páginas 237 a 239; Fazenda, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 142, nº 88, 1940, página 220. Escrituras de Chão referências AN 10N, 45, p. 70; AGCRJ, Códice 42-3-56, p. 15; VF, V, 57, SCMRJ, Quinto Livro

- **Frei Francisco da Conceição:** religioso da prestigiosa Ordem de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro. Era filho de **Manuel Jorge Feijó** e de **Antônia Correia de Souza**, sendo, portanto, irmão de José de Souza Correia, o Barú, e **primo de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho<sup>16</sup>.

- **Frei Salvador da Encarnação:** religioso da prestigiosa Ordem de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro. Foi Prior do Convento do Carmo no Rio de Janeiro, onde foi personalidade respeitada tanto no âmbito civil quanto nos círculos religiosos da cidade. Em Julho de 1713 serviu de testemunha no processo de seu primo, Bernardo Mendes da Silva, atestando-lhe como bom cristão. Na ocasião,

---

do Tombo, p. 5, AN, 1ON, 56, p. 50 v., BN, 4ON, Mss. 12.3.16, p. 84 v., AGCRJ, Códice 42-4-91, p. 1001, AN, 1ON, 68, p. 82 v., AN, 1ON, 74 p. v., escrituras de Terra referências AN, 1ON, 54, p. 174 v., AN, 1ON, 56, p. 50 v., BN, 4ON, Mss. 12.3.16, p. 84 v., AN, 1ON, 63, p. 256, e escritura de Chácara, referência BN, 4ON, Mss. 12.3.16, p. 84 v., disponíveis no site <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>, acessado em 09/11/2022. Fazenda, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 149, nº 95, 1943, páginas 56 a 59, Alberto. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, em especial páginas 398 a 405, 686 e Apêndice I, Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, 1965, páginas 84 e 406, e vol. II, página 595, Azevedo. João Lúcio de. *Novas Epanófaras – Estudos de História e Literatura*. Lisboa: Editora Livraria Clássica Editora, 1932, Dines, Alberto; Eleutério, Victor. *El Prodigio de Amarante*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, e Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronológica*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, vol. IV, 1759, páginas 186 e 601, Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 1º, 1883, páginas 225 a 229, vol. 3º, 1895, páginas 8 e 9.

<sup>16</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Processo de Teresa Maria de Jesus, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07973, Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/04970, Processo de Antônia Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/08687, e Processo de Francisco Xavier Correia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09370, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Não foi referenciado na obra de Carlos Rheingantz.

declarou ser de 51 anos, o que indica que ele terá nascido por volta do ano de 1662. Era filho de **Manuel Jorge Feijó** e de **Antônia Correia de Souza**, sendo, portanto, irmão do anterior, assim como de José de Souza Correia, o Barú, e **primo de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho<sup>17</sup>.

#### - Os Filhos de Francisco Correia de Souza

- **Frei Leandro do Desterro**: religioso de São Bento, assim como seu tio, Frei Bernardo de São Bento. Foi monge de São Bento no Rio de Janeiro, e era **filho de Francisco Correia de Souza** e de sua primeira esposa, sendo, portanto, **meio irmão de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho, e cunhado deste<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Processo de Teresa Maria de Jesus, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07973, Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/04970, Processo de Antônia Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/08687, e Processo de Francisco Xavier Correia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09370, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. II, página 460 e Dines, Alberto. Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, páginas 407, 707, 739 além de Apêndice I.

<sup>18</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Conforme informação de seus primos, sobrinhos de seu pai, Francisco Correia de Souza, Leandro foi filho de um dos primeiros casamentos de Francisco. Isabel Correia de Souza e Ana Henriques, que aparentemente conheciam muito bem suas famílias, lembravam-se do nome de todas as esposas de Francisco, na ordem. Ao descreverem suas parentelas, ambas declararam que Leandro era filho de Francisco Correia de Souza e de Catarina Correia. Somente em seus processos, dentre os todos os de seus irmãos e os de seus primos, Correias de Souza, é que nome de Catarina é mencionado, permitindo com que, mediante estas notas, um outro verbete da obra de Carlos Rheingantz pudesse ser unificado ao da família Correia de Souza. De toda maneira, parece que Rheingantz

- **Frei Benedito da Conceição:** religioso da prestigiosa Ordem de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro, assim como seus primos, Frei Francisco da Conceição e Frei Salvador da Encarnação. Era **filho de Francisco Correia de Souza** e de sua segunda esposa, sendo, portanto, **meio irmão de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho, e cunhado deste<sup>19</sup>.
- **Bárbara Correia:** nasceu no Rio de Janeiro, onde foi batizada no dia 12/08/1668. Era **filha de Francisco Correia de Souza** e de sua segunda esposa, sendo, portanto, **meia-irmã de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho,

---

não encontrou seu batismo, a não ser que ele fosse o filho “Inácio”, batizado em 1659, que foi o único que Rheingantz encontrou para o casal Francisco e Catarina Correia. É difícil afirmar que Leandro fosse o menino Inácio, pois anos mais tarde Francisco teria um outro filho, monge de São Bento, e que Francisco batizaria justamente de Inácio. Se isso tivesse ocorrido, seriam dois irmãos de nome Inácio, cujo mais velho talvez tivesse trocado de nome por motivo de sua ordenação. Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, página 378 a 379, e Dines, Alberto. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, página 409.

<sup>19</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Assim como Frei Leandro, seu meio irmão, a existência de Benedito só foi conhecida por causa dos depoimentos realizados por seus primos à Inquisição Portuguesa. Carlos Rheingantz, ao anotar sobre Francisco Correia de Souza no verbete de Gonçalo Correia de Souza, não menciona que Francisco teria sido casado outras vezes, quanto menos que já fosse pai, na data em que ele casou com Maria de Abreu Rangel. Aliás, nem mesmo no casamento de Francisco Correia de Souza com Maria existe qualquer menção de que Francisco tenha tido uma vida familiar pregressa. O nome da mãe de Benedito, Maria de Jesus, foi lembrado pelos irmãos Mendes da Silva. Em função dessa lembrança, e agora, destas notas, outro tópico anotado em apartado por Carlos Rheingantz, em sua obra, também pôde ser unido ao capítulo principal da família, no verbete encabeçado por Gonçalo Correia de Souza. Se Rheingantz não anotou corretamente, Frei Benedito pode ter sido o inocente “Bernardo”, que foi batizado aos 22/12/1671, e que foi registrado, na obra de Rheingantz, como irmão de um menino chamado “Manuel”, batizado ao 16/12/1664. Se não foi o caso, Benedito pode ter sido o nome religioso que acabou sendo adotado com a acessão deste “Manuel”, filho de Francisco Correia de Souza, à Ordem do Carmo. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, página 378 a 379, e Alberto. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, página 409, além de Apêndice I.

e portanto cunhada deste. Casou em 22/04/1688 com **Manuel Barbosa da Silva**, português natural de São Sebastião de Darque, junto da vila de Viana do Castelo, conforme ele próprio declarou, ao se qualificar como testemunha no processo que o Santo Ofício promoveu contra Brízida Inácia, prima de sua esposa. Na época deste depoimento, no mês de Junho de 1716, Manuel declarou ser de 49 anos, o que situa a sua data de seu nascimento por volta do ano de 1667. Carlos Rheingantz, não conhecendo desta informação, estimou que ele tivesse nascido em 1658. Filho de Gabriel Barbosa da Silva e de Domingas Rodrigues, Manuel Barbosa, cunhado de Caetano da Costa Coelho, veio muito cedo para o Brasil, onde ele a princípio terá sido mercador, como vários dos primos de sua esposa o descreveram, nas declarações que eles apresentaram sobre seus familiares em processos na inquisição. Em alguns desses mesmos processos, Manuel também foi lembrado como escrivão do fisco. No ano 1713, sabe-se que Manuel Barbosa escreveu uma carta para o então Provedor da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, Manuel de Souza, requisitando a mercê de um ofício “de escrivão da conferência da dita casa”, pedido em que foi provido. Quando Manuel se identificou, no processo da prima de sua esposa, Brízida Inácia, ele então de pronto declarou que ele “foi” escrivão do fisco, e que naquele momento, Junho de 1716, ele exercia o cargo de escrivão “da Conservatória da Casa da Moeda”, indicando que ele já teria deixado o seu antigo cargo no “fisco” para prosseguir na nomeação que ele havia percebido, na Casa da Moeda, por intercessão do Provedor Manuel de Souza. Paralelamente, conforme ele mesmo declara, em seu juramento, Manuel também disse, ao qualificar-se no processo de Brízida, que ele também detinha o cargo de escrivão “da contribuição do resgate da cidade”, indicando que ele ocupava essa função ao mesmo tempo em que servia na Casa da Moeda, posições relevantes, muitíssimo delicadas, e de grande confiabilidade da governança do Rio de Janeiro. Balthazar da Silva Lisboa, um dos mais importantes cronistas sobre a história carioca, de fato registrou a presença de Manuel no desempenho dessa arrecadação, “do resgate da cidade”, quando ele descreveu suas contas, fundamentando-se no livro de movimentações financeiras que o próprio

Manuel Barbosa preencheu, e que até meados do século XIX ainda existia. A contribuição “do resgate da cidade”, como o próprio nome já indica, foi criada pelos cariocas para servir de pagamento, e de remição da cidade do Rio de Janeiro, perante o corsário francês Duguay-Trouin, e que no ano de 1711 conseguiu invadir e dominar a povoação carioca. Para deixar a cidade, Duguay requisitou uma grande compensação financeira. Os habitantes do Rio de Janeiro se organizaram, então, na arrecadação de valores por meio dessa “contribuição”, para Duguay, uma vez pago e satisfeito, fosse embora, sem causar maiores distúrbios. O valor total dessa contribuição chegou a somar incríveis 610 mil cruzados, 100 caixas de açúcar, e 200 bois, quantias que foram pagas a Duguay-Trouin, ainda no ano de 1711, para que ele liberasse a cidade. Apenas pelo tamanho do pagamento, pode-se ter uma noção de quão habilidoso Manuel Barbosa devia de ser, nos assuntos contábeis, para ter sido confiado com tamanha responsabilidade. É certo, portanto, que Manuel gozava de ser uma personalidade de grande valia para o governo da capitania do Rio de Janeiro, tendo-lhe socorrido em momento tão complicado. Pessoa de reputação, Manuel também foi um importante válido, e homem de grande confiança da **Ordem Terceira de São Francisco da Penitência**, da qual era irmão, tendo inclusive participado, na condição de secretário dessa prestigiosa irmandade, ao lado do Ministro Cláudio Gurgel do Amaral, no ano de 1704, na transação de arrendamento que Ordem realizou, de um trapiche de recolher açúcares e que havia sido herdado pela Penitência de um de seus irmãos. No ano de 1708, uma escritura datada de 28 de Junho, deu conta de que o “**Prior do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo**”, e mais religiosos clavários, haviam tomado como dívida e obrigação a gigantesca quantia de 8 mil cruzados junto a Manuel, declarando os religiosos que Manuel Barbosa da Silva tinha sido fiador do convento, na mesma quantia, e que os carmelitas hipotecavam, como garantia do mesmo negócio, três moradas de casas térreas, de pedra e cal, situadas na rua “de trás do Carmo”. Nesta transação, não somente o vulto das quantias envolvidas é que chamam a atenção, mas também a relação familiar cruzada que Manuel detinha, junto ao Prior do Convento de Nossa

Senhora do Carmo. Muito embora o nome do Prior não tenha sido declarado na negociação, é bem sabido que ele fosse ninguém menos do que o próprio **Frei Salvador da Encarnação**, personalidade já descrita neste trabalho, **primo de Bárbara Correia, esposa de Manuel Barbosa da Silva**, e filho de **Manuel Jorge Feijó** e de sua esposa, **Antônia Correia de Souza**. As estreitas relações de Manuel Barbosa com ordens religiosas cariocas de prestígio não só denotavam o seu livre trânsito pelas principais instituições da capitania, como também a viva proximidade que ele detinha com seus dirigentes. E essa relação, afinal, no proveito dos próprios envolvidos, serve para escancarar, abertamente, de que maneira alguns métodos de elevação social – e também de proteção de posições públicas – eram realizados: transações financeiras, como as da escritura de Junho de 1708, serviam como um oportuno esforço de melhora reflexiva, no seio da elite colonial do Rio de Janeiro, tanto da posição social de Manuel como a de quem o contratava. A medida em que negociações do tipo eram costuradas, a reputação do contratado se concretizava e se espessurava como a de alguém que detivesse pública solidez financeira, e atestado reconhecimento creditício perante a comunidade, fatores que o habilitavam, então, a partir dali, a servir como um avalizador de negociações de alta monta e de alta complexidade, junto aos principais entes e institutos coletivos de seu meio. Para aqueles que estivessem no comando de uma instituição de toque na sociedade de então (uma ordem religiosa, por exemplo), e que contratassem um privado para a realização de negócios com sua instituição, o ganho pessoal refletido estava em construir uma rede de pessoas desse tipo ao seu redor, economicamente poderosas, e com quem se poderia contar. Na colônia, não era qualquer tipo de pessoa que poderia servir como garantidora, ou como fiadora de contratos junto a uma organização de peso, como o governo ou a Igreja. Essas pessoas, além de comprovadamente possuírem saúde financeira para tanto, eram escolhidas a dedo, e sob matéria de confiança. No caso específico do negócio entabulado entre Manuel, e o Frei Salvador da Encarnação, os ganhos foram ainda maiores, uma vez que o contrato estabelecido acabou promovendo ainda mais a família Correia de Souza,

no cerne da sociedade carioca, já que tudo se deu, convenientemente, entre parentes. Não é por acaso, portanto, que poucos meses após ele ter sido registrado como personalidade de pública consistência econômica, Manuel tenha servido, no ano de 1709, como fiador de Diogo de Moraes, em uma escritura pública de empréstimo de dinheiro cumulada com hipoteca de bens, que a Santa Casa de Misericórdia realizou a Diogo. Nessa escritura, Manuel hipotecou, como garantia do negócio, uma morada de casas de sobrado, de pedra e cal, onde ele então morava, na rua da Quitanda. No ano de 1711, Manuel figurou pela última vez em documento público da cidade do Rio de Janeiro: na escritura de dote que Manuel de Paredes da Costa e sua mulher, Isabel Gomes, faziam a José de Abreu Bacelar. Nessa documentação, os pais da noiva declararam que eles possuíam uma morada de casas na rua da Quitanda, as quais eram vizinhas das casas de “sobrado de Manuel Barbosa da Silva”. Não se sabe ao certo quando Manuel terá falecido, mas esta última informação, a de que ele residia na rua Quitanda e em um sólido sobrado, por si só já servem como indício que ele deve ter se despedido da vida ainda bastante abonado. Manuel deixou uma única filha, chamada Luzia Josefa Barbosa, e que casou com o Capitão Francisco José Coutinho, natural do Porto<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, e Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Lisboa, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia Seignot-Plancher e Cia., vol. 5, 1835, página 369; Boxer, Charles Ralph. “Catálogo das Cartas Dirigidas a Manuel de Sousa, Oficial das Casas da Moeda do Brasil, 1695-1721”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, nº 266, 1965, página 9. Por igual, verifique-se, também, o conteúdo das escrituras de Chão referências AN, 1ON, 69, p. 43, AN, 1ON, 76, p. 66 v., AN, 1ON, 77, p. 39, AN, 1ON, 80, p.?, disponíveis no site <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>, acessado em 09/11/2022. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, páginas 378 a 379, 206, e 406 a 408. Alberto Dines não o cita nominalmente em sua obra.

- **Frei Inácio:** também religioso da prestigiosa Ordem de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro, irmão do antecessor, e **filho de Francisco Correia de Souza** e de **Maria de Abreu Rangel**, terceira esposa de Francisco, sendo, neste caso, **irmão inteiro de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho. Nasceu em 1685<sup>21</sup>.
- **Francisco Correia:** nascido em 1687, foi referenciado apenas como “Francisco”, nas genealogias de Rheingantz, assim como no depoimento que seu primo, Bernardo Mendes da Silva, prestou ao Santo Ofício. Suas primas Ana Henriques, Josefa da Silva e Apolônia de Souza, irmãs de Bernardo, disseram que ele se chamava Francisco Correia. Luis Mendes da Silva, sem nem saber seu nome, disse que ele residia nas partes de São Paulo. Apolônia, ao descrever a genealogia de seu tio, **Francisco Correia de Souza**, disse que este primo morava “fora” do Rio de Janeiro, e que ele não tinha ocupação. Josefa e Ana, por outro lado, foram mais específicas: ambas declararam que ele se casou na vila de “Laguna”. Francisco foi **irmão inteiro de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho, pois era **filho de Maria de Abreu Rangel**. Sem mais informações<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Alberto. Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, páginas 409, além de Apêndice I; Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal; Batismo de Inácio, Igreja de Nossa Senhora da Candelária, livro 2º, página 88 v., 09/08/1685. Foi referenciado na obra de Carlos Rheingantz, embora ele não o tivesse identificado como religioso, o que é recorrente na obra toda. Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, 1965, página 407. Nenhum de seus parentes o identifica com qualquer sobrenome, mesmo nos depoimentos feitos ao Santo Ofício.

<sup>22</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva

• **José de Abreu Rangel:** nasceu em 1690. Irmão do anterior, era **filho de Francisco Correia de Souza** e de **Maria de Abreu Rangel**, sendo, portanto, **irmão inteiro de Maria Viegas**, esposa de Caetano da Costa Coelho. Seu primo Bernardo, ao declarar sobre a família, não sabia nem com que sobrenome José se chamava, mas ele soube precisar, porém, que José havia passado para a Bahia, e que de lá ele voltou para o Rio de Janeiro, indicando que José havia passado por uma temporada no Nordeste do país. Sua prima Ana, nada lhe acrescenta na biografia, ao passo em que seus primos Luis Mendes da Silva e Josefa da Silva, sem saberem com que sobrenomes José se identificava, o declararam apenas como “José Correia”, em seus depoimentos ao Santo Ofício lusitano. Sua prima Apolônia de Souza, ainda que também só lhe soubesse o nome próprio, foi a única que soube acrescentar, para o resguardo de sua biografia, que José era pintor, assim como o pai. Por ter utilizado os sobrenomes da família materna, enquanto viveu, José certamente conservava grande proximidade com as famílias Abreu Rangel e Viegas, de seus avós maternos. José foi casado três vezes, a primeira com Beatriz da Silva, de quem nada se sabe, a segunda com Inácia Ferreira, filha de um certo Antônio da Silva e de uma Antônia Ferreira, e a terceira e última com D. Inácia Maria Pacheca, que foi descrita pela obra de Rheingantz, mas que não fora conectada por ele à genealogia de seu verbete da família Correia de Souza, o que, no entanto, com o auxílio destas pequenas notas, pôde ser realizado. Inácia Maria foi sabidamente filha de João Ribeiro de Menezes, lavrador de cana, e de Maria Pacheca, irmã de José Pacheco de Azevedo, senhor de terras, proprietário de casas na cidade do Rio e de um engenho de açúcar sito em Irajá. José Pacheco de Azevedo, por sua vez, declarou, na sessão de genealogia do processo que a Santa Inquisição deflagrou contra o si, ter sido casado com uma outra D. Maria de Abreu Rangel. D. Maria de Abreu Rangel, casada com José Pacheco de Azevedo, foi filha, por seu turno, do casal Capitão Inácio Rangel de Abreu e de D.

---

e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Antônia Pinheira de Macedo. Inácio Rangel de Abreu e D. Antônia Pinheira de Macedo foram, nada menos, do que os tios da mãe de José de Abreu Rangel, **Maria de Abreu Rangel**. Artista, José deixou geração, de seu terceiro casamento<sup>23</sup>.

### 3 A FAMÍLIA CORREIA DE SOUZA: ANÁLISE

O estudo aprofundado dos diversos integrantes da família Correia de Souza permite que uma avaliação geral, e crítica, seja realizada a propósito das teias de relacionamento social desta parentela. De maneira ampla, está comprovado que a família dos Correias de Souza era composta por artistas. A mera reconstrução das linhas de parentesco sanguíneo dos Correia de Souza já foi o bastante para revelar a

---

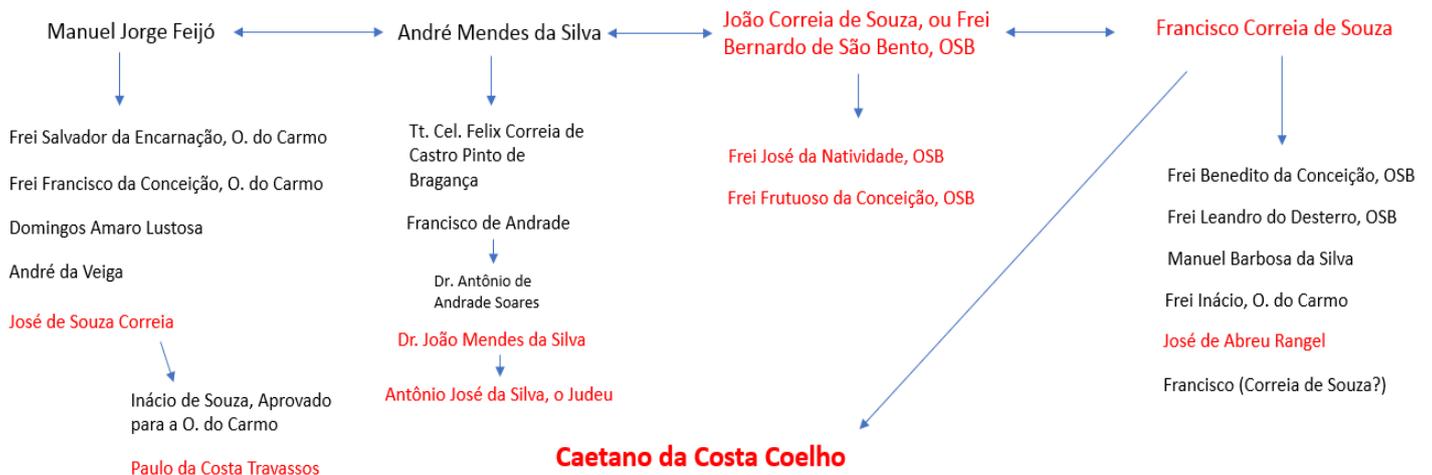
<sup>23</sup> Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, e processo de José Pacheco de Azevedo, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11683, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal. Sobre José Pacheco de Azevedo, em seu processo na inquisição, ele declarou ser filho de Francisco Pacheco de Azevedo, lavrador de cana, natural de Lisboa, Belém, e de Inácia de Aguiar, natural da Bahia. Como avós maternos, declarou ser neto de Luis de Aguiar, Procurador da Coroa no Rio de Janeiro, e de Brites Soares, naturais de Lisboa, da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai. Francisco também declarou que seu cunhado, João Ribeiro de Menezes, era lavrador de cana, no engenho que ele possuía, em Irajá. José Pacheco declarou que, por sua mãe, Inácia, ter se casado antes com o Alferes Manuel Vieira de Figueiredo, natural da Ilha Terceira, ele teve como meios-irmãos Amaro de Aguiar, casado com D. Francisca de Almeida, e Simão Vieira, que faleceu solteiro, ambos estabelecidos no Rio de Janeiro. Consta que Manuel Vieira de Figueiredo era sobrinho do insigne Capitão Roque de Figueiredo, bravo soldado açoriano, tabelião, e uma das principais figuras na fundação do Convento de Santo Antônio dos Capuchos, de Angra do Heroísmo, conforme Gil, Maria Olímpia da Rocha. *O Arquipélago dos Açores no Século XVII – Aspectos Sócio Económicos (1575-1675)*. Castelo Branco: Edição do Autor, 1979, página 246. Essas informações, constantes do processo de José Pacheco de Azevedo, também serviram para juntar, novamente neste trabalho, outros verbetes dispersos na obra de Rheingantz, para além de servir, ainda, de referencial para a verdadeira origem de outros dos primeiros povoadores do Rio de Janeiro colonial. Escritura de Chão referência AN, 1ON, 12, p.?, e escritura de Terra referência AN, 2ON, 18, p.13, ambas disponíveis no site <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>, acessado em 09/11/2022. Dines, Alberto. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, em especial Apêndice I; *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, 1965, páginas 5, 6, 21, 407, e Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica La Salle, vol. III, fas. 2º, 1995, página 53.

existência de uma verdadeira rede de artistas, em pleno século XVII, e com franca atividade no mundo colonial brasileiro. Esse intrincado grupo de intelectuais, para além de numeroso, era demasiado complexo: ele era composto por artistas de vários suportes, tradições e formatos. Nessa gama de intelectuais, existiram desde moralistas religiosos, a músicos, pintores, poetas e dramaturgos.

Essa rede também poderia ser caracterizada como de alto nível intelectual, uma vez que dela fizeram parte pessoas do quilate do Frei José da Natividade Correia, o Sutil, e Antônio José da Silva, o Judeu, pessoas que gozaram de grande reconhecimento cultural, mesmo em vida. Em uma camada mais distante, deve-se mencionar que as personalidades desta parentela também decerto que possuíam relacionamentos sociais com terceiros, e que não sendo parentes, eram amizades valiosas. O Frei Ricardo do Pilar, persona indelével da arte colonial brasileira, é um exemplo. Grande amigo de Frei Bernardo de São Bento, assim como o terá sido de seus filhos, é bem provável que este relevante pintor tenha convivido com os Correias de Souza por muitos anos, e não somente na vida monástica.

Por último, resta que se façam as exposições finais, e os resultados numéricos da pesquisa, demonstrando a composição completa do conjunto de artistas ora evidenciado. A família Correia de Souza, por excelência de seus membros, era um referencial de contato e de relações artísticas no Rio antigo. A escolha, ou o acercamento de Caetano da Costa Coelho com essa parentela, foi estratégica. Os Correias de Souza e os seus parentes já estavam bem estruturados no mundo das artes cariocas, onde eles também detinham relacionamentos bastante difundidos com ricos mercadores, lavradores, e agentes públicos de certa estatura, para além das principais entidades religiosas da época, as quais, junto da elite, impulsionavam as artes mediante encomendas.

### Gonçalo Correia de Souza e Francisca Henriques



Artistas<sup>24</sup> e Artífices da Família Correia de Souza, em Vermelho

Como resultado, foram encontrados dentre os Correias de Souza uma rede de 10 artistas documentalmente confirmados, todos eles parentes entre si, e que atuaram com extraordinária representatividade no meio artístico e cultural do Rio de Janeiro colonial. Bernardo de São Bento foi o construtor do Mosteiro de São Bento da cidade do Rio. Seus biógrafos por diversas vezes o referenciaram como o “arquiteto seiscentista” da cidade do Rio, e do Mosteiro de São Bento<sup>25</sup>, razão pela qual, inobstante ter sido religioso, considere-o um artista. Frei José da Natividade foi um consagrado escritor de obras religiosas. Frei Frutuoso, seu irmão, detinha

<sup>24</sup> Considerei como artistas, para fins de demarcação no gráfico, todos os indivíduos que foram relatados, por documentos de época, como produtores de obras culturais e que produzissem expressão de cultura, valores estéticos ou de emoção, não importando o seu formato.

<sup>25</sup> Nigra, D. Clemente Maria da Silva. *Três Artistas Beneditinos: Frei Bernardo de São Bento, Frei Domingos da Conceição, Frei Ricardo do Pilar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950

conhecimentos de mineralogia, para além de possuir as titulações de “Padre Mestre Frei”, indicando que ele também fosse professor.

O Dr. João Mendes da Silva e seu filho, Antônio José da Silva, foram dois exímios escritores e poetas. Antônio inclusive foi dramaturgo, e nesta qualidade foi muito apreciado em Lisboa, ali granjeando fama de ter sido um dos maiores de seu tempo. Paulo da Costa Travassos, conforme as testemunhas que o conheceram, foi músico. Disseram que ele fora um “mestre de tanger viola”, e que deve de ter de sido não apenas muito bom no que fazia, pois fora tratado por “mestre”, como também um dos músicos mais antigos e documentados do Rio de Janeiro colonial. Francisco Correia de Souza, sogro de Caetano da Costa Coelho, seu sobrinho José de Souza Correia, o Barú, José de Abreu Rangel, filho de Francisco, e próprio Caetano da Costa Colho foram todos pintores, conforme atestam as documentações.

Ao todo, foram 3 escritores, 1 arquiteto, 1 mineralogista, 1 músico e 4 pintores. Os pintores, deve-se pontuar, ao que tudo indica foram todos irradiados a partir de Francisco Correia de Souza, membro mais antigo da família, e artista precursor nesta arte. Em seguida, seu sobrinho, seu filho e depois Caetano da Costa Coelho, um genro, casado com sua filha, seguir-lhe-ão nos ofícios da arte. Do tempo que José de Abreu Rangel passou na Bahia, conforme lhe atestaram os parentes, só podemos supor que ele lá tenha adquirido algum aprendizado artístico, voltando para o Rio com ele. Pai e filho, talvez trabalhassem juntos, e pela quantidade de parentes pintores, não seria surpreendente se o negócio fosse todo em família.

A inserção de Caetano da Costa Coelho no círculo dos Correia de Souza, portanto, é reveladora. Saber que Caetano se relacionava com membros dessa parentela é evidenciar que ele não era um artista solo, e que por mais talentoso que fosse, ele não terá partido do nada, nem sozinho. A aproximação de Caetano com os Souza indica que ele se utilizava de seus contatos, conhecimentos, e das posições que eles haviam conquistado no seio cultural da cidade do Rio, como uma rede sólida e já estabelecida, aspectos que, com certeza, lhe facilitaram o acesso para trabalhos na

colônia. E dos contatos que os Correia de Souza fizeram, como veteranos de seus ofícios no Rio, Caetano é fato que se favoreceu, para alavancagem de sua carreira, sobretudo após ter se casado nessa forte rede familiar de artistas, ora demonstrada.

Recebido em: 28/05/23 - Aceito em: 30/06/23

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aluisio de (Mon. Luiz Castanho de Almeida). “Acheugas à História de Sorocaba”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de São Paulo?, vol. XXXV, 1938.

ALMEIDA, Aluisio de (Mon. Luiz Castanho de Almeida). “Acheugas à História do Sul Paulista”. In *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Editora Gráfica da Prefeitura, nº LXIX, 1940.

ALMEIDA, Aluisio de (Mon. Luiz Castanho de Almeida). “Memória Histórica Sobre Sorocaba (II)”. In *Revista de História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, vol. XXX, nº 61, 1965.

ALMEIDA, Aluisio de (Mon. Luiz Castanho de Almeida). “Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822) – Excertos de Um Obra Completa”. In Moura, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX: Memórias, Depoimentos, Evocações*. São Paulo: Editora Ateliê Cultural/Imprensa Oficial de São Paulo/Universidade do Estadual Paulista, 1999.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e. In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1921.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo – 1661-1709*. São Paulo: Editora Tipografia Piratininga, vol. III, 1917.

Azevedo, João Lúcio de. *Novas Epanófaras – Estudos de História e Literatura*. Lisboa: Editora Livraria Clássica Editora, 1932.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: Sua História, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades*. Rio de Janeiro: Editora B. L. Garnier, vol. I, 1877.

BALESTRINI FILHO, Jorge. “O Caminho de Luís Pedrozo de Barros”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de São Paulo?, vol. LXVI, 1969.

BARBUDA, Pedro Julio. *Lingua Portugueza: Literatura Brasileira*. Salvador: Editora Estabelecimento dos Dois Mundos, 1916.

BERGER, Paulo. “Acréscimos e Retificações ao Dicionário Bibliographico Brasileiro”, de Sacramento Blake. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, Ano 158, nº 395, 1997.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Senado da Câmara – Bahia (1696-1726) – Consultas do Conselho Ultramarino*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Tupy, vol. LXXXVII, 1950.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 1º, 1883.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 3º, 1895.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 5º, 1899.

BOXER, Charles Ralph. “Catálogo das Cartas Dirigidas a Manuel de Sousa, Oficial das Casas da Moeda do Brasil, 1695-1721”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, nº 266, 1965.

CAMARGO, Mon. Paulo Florêncio da Silveira. *A Igreja na História de São Paulo (1676-1745)*. São Paulo: Editora Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., vol. 3, 1953.

CAVALCANTI, João Curvello. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia da Gazeta de Notícias, 1878.

DINES, Alberto. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, O Judeu e Outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.

Dines, Alberto; Eleutério, Victor. *El Prodigio de Amarante*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FAZENDA, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 142, nº 88, 1940.

FAZENDA, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, vol. 149, nº 95, 1943.

GIL, Maria Olímpia da Rocha. *O Arquipélago dos Açores no Século XVII – Aspectos Sócio Económicos (1575-1675)*. Castelo Branco: Edição do Autor, 1979.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia Seignot-Plancher e Cia., vol. 5, 1835.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, vol. I, 1876.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronológica*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, vol. IV, 1759.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Ephemerides Nacionais*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia da Gazeta de Notícias, primeiro tomo, 1881.

MORAES, Alexandre José de Mello. *Corographia Histórica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Tipographia Brasileira, tomo I, segunda parte, 1863.

NEME, Mário Abdo. *Apossamento do Solo e Evolução da Propriedade Rural na Zona de Piracicaba*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Coleção Museu Paulista, Série de História, Vol. 1, 1974.

NIGRA, D. Clemente Maria da Silva. *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Editora Tipografia Beneditina Ltda., 1950.

NIGRA, D. Clemente Maria da Silva. *Três Artistas Beneditinos: Frei Bernardo de São Bento, Frei Domingos da Conceição, Frei Ricardo do Pilar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950.

PERIE, Eduardo. *Bibliotheca Luzo-Brazileira: A Litteratura Brazileira nos Tempos Coloniaes (Do Seculo XVI ao Começo do XIX)*. Buenos Aires: Eduardo Perié Editor, 1885.

PIMENTEL, Adolfo Morales de los Rios y Garcia de. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Cidade, 2000.

PIMENTEL, Adolfo Morales de los Rios y Garcia de. “Subsídios para a História da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. In *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional?, ed. especial, vol. 1, 1914.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. I, 1965.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, vol. II, 1965.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica La Salle, vol. III, fas. 4°.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. *As Ruas do Rio, 31 de Outubro de 1917 a 30 de Setembro de 1977*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – Departamento Geral de Edificações, 1979.

SOUZA, João Batista de. *Evolução Histórica do Sul de Mato Grosso*. São Paulo: Editora Organização Simões?, 1961?.

TAVARES, Célia Cristina da Silva; e Ribas, Rogério de Oliveira. *Hierarquias, Raça e Mobilidade Social – Portugal, Brasil e o Império Colonial Português (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa/Companhia das Índias, 2010.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara para os Séculos VII e XVIII, disponível em <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>.

Batismo de Inácio, Igreja de Nossa Senhora da Candelária, livro 2º, página 88 v., 09/08/1685, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Batizado de Maria Viegas, Igreja da Candelária, livro 2º, página 106 v., 31/07/1692, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Tomé de Souza Correia, ao Príncipe Regente [D. Pedro] Sobre as Contas de André Mendes da Silva Pelo Tempo em que Serviu Como Recebedor dos Dízimos Desta Capitania, Código de Referência PT/AHU/CU/017/0004/00406, Arquivo Histórico Ultramarino.

Casamento de Caetano da Costa Coelho e de Maria Viegas, Igreja do Santíssimo Sacramento (na época Sé), livro 3º, página 102 v., 26/08/1706, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Casamento de Francisco Correia de Souza e de Maria de Abreu Rangel, Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, livro 2º, página 6, entre 06/10/1679 e 27/11/1679, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Chancelaria de D. Pedro II, livro 58, página 81, Código de Referência PT/TT/CHR/S/001/0058, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Consulta do Conselho Ultramarino, Relativa a Nomeação do Licenciado Miguel Achioli da Fonseca Para Proceder a Devassa Sobre a Sublevação Popular do Rio de Janeiro, Código de Referência PT/AHU/CU/017-001/0005/00875.00880 (caixa 5, docs. 875 a 880), Arquivo Histórico Ultramarino.

Consulta do Conselho Ultramarino Sobre a Confirmação das Nomeações de André Mendes da Silva e Gaspar Ribeiro Pereira para Exercerem os Cargos de Tesoureiro e Escrivão do Donativo, com que os Moradores da Capitania do Rio de Janeiro Contribuíram para o Dote da Rainha da Grã Bretanha e Paz com a Holanda, Código de Referência PT/AHU/CU/017-001/0006/01027, Arquivo Histórico Ultramarino.

Diligência de Habilitação de Pedro Gomes Moreira, Código de Referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/23277, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Ana Henriques, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05327, , Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Antônia Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/08687, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Antônio de Andrade Soares, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05006, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Apolónia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05337, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Bernardo Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/05005, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Brizida Inácia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11199, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Félix Correia de Castro, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/02758, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Francisco de Andrade, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/02038, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Francisco Xavier Correia, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09370, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Inácio de Andrade Soares, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07889, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de José Pacheco de Azevedo, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11683, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Isabel Correia de Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07540, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11806, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Josefa da Silva e Souza, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/00685, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Leitura do Bacharel Antônio de Andrade, Código de Referência PT/TT/DP/A-A/5-3-1/1/26, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Luís Mendes da Silva, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/09979, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Processo de Maria Bernarda de Andrade, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/11797, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

Matrícula de Antônio de Andrade, Código de Referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/005999, Arquivo da Universidade de Coimbra.

Matrícula de Antônio José da Silva, Código de Referência PT/AUC/ELU/UC/AUC/B/001-001/S/005826, Arquivo da Universidade de Coimbra.

Matrícula de João Mendes da Silva, Código de Referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/S/007032, Arquivo da Universidade de Coimbra.

Processo de Teresa Maria de Jesus, Código de Referência PT/TT/TSO-IL/028/07973, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.